VI RAMS

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL

Povos tradicionais na contemporaneidade: cosmologias e territórios

CADERNO DE RESUMOS

05 a 08 de abril de 2017

UFMS - Campo Grande/MS

ISSN 2236-3564

UFMS

REALIZAÇÃO

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

APOIO

FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

COORDENAÇÃO GERAL

Antonio Hilário Aguilera Urquiza
Guilherme Passamani
Levi Marques Pereira

COMISSÃO CIENTÍFICA

Álvaro Banducci Júnior – UFMS
Antonio Hilário Aguilera Urquiza - UFMS
Antonio C. Seizer da Silva - SED/MS
Beatriz dos Santos Landa - UEMS
Esmael Alves de Oliveira - UFGD
Graziele Aççolini – UFGD
Guilherme Passamani - UFMS
Jane Felipe Beltrão – UFPA
Levi Marques Pereira - UFGD
Luiz Henrique Eloy Amado – UFRJ
Nataly Guimarães Foscaches – USAL
Ricardo Cruz - UFMS
Tiago Duque - UFMS
Victor Ferri Mauro – UFMS

COMISSÃO ORGANIZADORA

Álvaro Banducci Júnior - UFMS
Ana Keila Mosca Pinezi – UFABC
Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues - UFMS
Antonio Hilário Aguilera Urquiza – UFMS

Guilherme Passamani - UFMS
Kellen Dias Lacerda - UFMS
Jéssica Maciel de Souza - UFGD
José Henrique Prado - UFMS
Levi Marques Pereira - UFGD
Saulo Conde Fernandes - UFMS
Sônia Rocha Lucas – UFGD

EQUIPES DE TRABALHO

INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO

Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues – UFMS
Isabelle Jablonski – UFMS
Kellen Dias Lacerda - UFMS

DIVULGAÇÃO

Isabelle Jablonski – UFMS
Sônia Rocha Lucas - UFGD

INFRA, HOSPEDAGEM e TRANSPORTE

Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues – UFMS
Jéssica Maciel de Souza – UFGD
Celia Regina do Carmo - UFMS

FOTOS E FILMAGENS

Pâmella Rani – UFMS

SECRETARIA

Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues – UFMS
Kellen Dias Lacerda - UFMS
Sônia Rocha Lucas – UFGD

GTS E OFICINAS

Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues – UFMS
Kellen Dias Lacerda - UFMS
Sônia Rocha Lucas – UFGD

APRESENTAÇÃO

Por acreditarmos que Mato Grosso do Sul é uma região fértil para a prática das Ciências Sociais, dentre elas, particularmente da Antropologia (questões colocadas pela situação de fronteira, migrações, povos indígenas, conflitos sociais, dentre outros), em 2008 surgiu a proposta de realização da 1ª REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA de Mato Grosso do Sul.

A 1ª RAMS aconteceu em setembro de 2008, na UFMS, com o tema AS FRONTEIRAS DA PRÁTICA ANTROPOLÓGICA EM MATO GROSSO DO SUL. Esta realidade pedia que os profissionais desta área buscassem aprofundar sua história, assim como suas práticas e as possibilidades de organização. Este evento contou com a presença do prof. Dr. Roque de Barros Laraia (UnB) e da Prof.ª Dra. Edir Pina de Barros (UFMT).

A II REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA de Mato Grosso do Sul aconteceu no contexto do Congresso Internacional de Arqueologia, Etnologia e Etno-história de Mato Grosso do Sul, na UFGD, em Dourados, no ano de 2009. O evento contou com a presença do Dr. João Pacheco de Oliveira (UFRJ – Museu Nacional), um dos maiores expoentes da Antropologia no Brasil. Houve a primeira tentativa de redação de uma proposta de Associação de Antropologia no estado de MS.

O tema e as discussões amplas que a III REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA - III RAMS (2011) propôs como tema o diálogo com outras áreas do saber e, especialmente, com a sociedade como um todo. Discutiu temas relacionados às problemáticas e à complexidade da sociedade contemporânea, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, os profissionais da área da antropologia procuram ampliar o foco de alcance da compreensão dos fenômenos socioculturais atuais. Aos acadêmicos, foi possibilitado um espaço de reflexão e discussão de temas atuais no contexto da Antropologia, além de, permitir uma maior compreensão dos desafios que encontrarão pela frente. Refletir e aprofundar a importância do legado da antropologia realizada nesta região de Mato Grosso do Sul. Além de contarmos com a ilustre presença do professor Dr. Antonio Carlos de Souza Lima (PPGAS – Museu Nacional - UFRJ).

Em abril de 2013, no contexto da aprovação da Pós-graduação em Antropologia na UFGD, a partir de 2011, foi realizada a IV REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA de Mato Grosso do Sul, com a presença dos professores Roque de Barros Laraia (UNB), e professores/antropólog@s de MS. O tema foi a celebração dos 50 anos do trabalho de campo realizado pelo Dr. Roberto

Cardoso de Oliveira em nosso estado, com um grupo de alunos, que seria a primeira turma de antropólogos/as formados pelo Museu Nacional.

No dia 12 de maio de 2015 realizou-se a V Reunião de Antropologia de Mato Grosso do Sul, na UFGD, em Dourados, durante a realização do III CIAEE. Foram convidados a presidir esse evento: Levi Marques Pereira (UFGD) e Álvaro Baducci Jr. (UFMS), com ênfase na organização dos/as antropólogos/as de MS.

Nesta versão, a VI RAMS – Reunião de Antropologia de Mato Grosso do Sul ocorrerá na UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com o tema POVOS TRADICIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE – cosmologias e fronteiras. Terá a conferência de abertura da prof.ª Dra. Jane Felipe Beltrão (UFPA) e vice-presidente da ABA (Associação de Antropologia do Brasil) e a conferência de encerramento do prof. Dr. Carlos Alexandre B. P. dos Santos (UnB). A inovação neste ano é a presença destacada e o protagonismo dos/as jovens antropólogos/as formados nas últimas turmas da Pós-graduação em Antropologia da UFGD. Eles/elas irão participar de várias mesas de debates, segundo suas áreas de pesquisa, com o objetivo de dar visibilidade a estes/as novos/as profissionais da antropologia no estado.

Prof. Dr. Antonio Hilario Aguilera Urquiza
Representante da Comissão de Organização

PROGRAMAÇÃO

DIA 05-04-2017 (quarta-feira)

8h - Credenciamento - UFMS - Anfiteatro CCHS

10:30h as 12:30h - Exibição de um filme e comentários - UFMS - Anfiteatro CCHS

- "A nação que não esperou por deus"

14:30h as 17h - Oficinas - UFMS - Unidade VI

18:30h as 19:30 - Peça de teatro “Tekohá: ritual de vida e morte Guarani” com Imaginário Maracangalha

19:30h - Abertura do evento

20h - CONFERÊNCIA DE ABERTURA - Auditório 2 do Complexo Multiuso

Povos tradicionais na contemporaneidade: cosmologias e territórios

Jane Felipe Beltrão (Antropóloga – docente da UFPA)

Mediador: Levi Marques Pereira (UFGD)

LANÇAMENTO DE LIVROS – COFFEE BREAK

DIA 06-04-2017 (Quinta-feira) - UFMS - Anfiteatro CCHS

8h as 10h - Mesa 1

Saberes Indígenas: diálogos e experiências acerca dos conhecimentos tradicionais no ambiente escolar

* Paulo Baltazar (Terena – mestre em Antropologia PUC/SP);

* Maria de Lourdes Elias Sobrinho (Terena – mestre em Educação UCDB);

* Teodora Souza (Guarani – Mestrado em educação pela UCDB);

Mediador: José Henrique Prado (Ação Saberes Indígenas na Escola)

10h as 10:30h – intervalo

10:30h as 12:30h - MESA 2

Educação escolar indígena: diálogos sobre o campo de pesquisa

* Antonio Hilario Aguilera Urquiza (Graduado em Pedagogia pela Universidade de Cuiabá - entre outras, especialização em Antropologia (teoria e métodos) e mestrado em Educação (Educação Indígena) pela Universidade Federal de Mato Grosso, master em educação (tecnologias de la educación) e doutorado em Antropologia pela Universidade de Salamanca-Espanha)

* Patrícia Rodrigues da Silva (Graduada em Educação Artística pela UNIGRAN, mestra em Educação pela UCDB): “Formação cultural de professores indígenas”

* Marinês Soratto (Graduada em Pedagogia pela UFMS, mestra em Educação pela UCDB): “O sentido da escola para estudantes indígenas em Dourados-MS”

Mediadora: Valéria Calderoni (SED/MS)

14:30h as 17h - GTs - UFMS - UNIDADE VI

19h as 21h - MESA 3

Gestação, infância e socialidade indígena

* Mariana Pereira da Silva (Graduada em Ciências Sociais pela UFGD, mestra em Antropologia pela UFGD): “Políticas públicas para gestação e infância indígenas”

* Silvana Jesus do Nascimento (Graduada em Ciências Sociais pela UFGD, mestra em Antropologia pela UFGD, doutorando em Antropologia pela UFRGS): “Crianças indígenas Kaiowá em situação de reinserção familiar”;

* Josimara dos Reis Santos (Graduada em Ciências Sociais pela UEMS, mestra em Antropologia pela UFGD): “Socialização de crianças indígenas em contexto urbano”;

Mediador: Beatriz dos Santos Landa (UEMS)

***DIA 07-04-2016 (sexta-feira)* - UFMS - Anfiteatro CCHS**

8h as 10h - MESA 4

Territorialidade, conflito e resistência indígena

* Luiz Henrique Eloy Amado (Graduado em Direito pela UCDB, mestre em Desenvolvimento Local pela UCDB, doutorando em Antropologia pela UFRJ): "Território indígena e etnodesenvolvimento"

* Carla Fabiana Costa Calarge (Graduada em Comunicação Social pela UCDB e em Ciências Sociais pela UFMS, mestra em Antropologia pela UFGD): "Territorialidade e resistência indígena"

* Victor Ferri Mauro (Graduado em Ciências Sociais pela UNESP, mestre e doutor em História pela UFGD): "Territorialização e identidade entre os Krahô-Kanela";

Mediadora: Aline Crespe (UFGD)

10:30h as 12:30h - MESA 5

Povos quilombolas e ribeirinhos: identidade e território

* Marcelo Batista de Souza (Ciências Sociais/UFMS; antropólogo do INCRA/MS): "Territórios Quilombolas em Mato Grosso do Sul"

* Lourival dos Santos (Mestre e doutor em História pela USP, docente da UFMS): "Comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul"

* Alisson de Souza Pereira (Graduado em Ciências Sociais pela UFMS, mestre em Antropologia pela UFGD): "Ribeirinhos indígenas e não-indígenas do Pantanal";

Mediadora: Célia Regina do Carmo/UFMS (Ação Saberes Indígenas na Escola)

***14:30h as 17h* - GTs - UFMS - UNIDADE VI**

18h as 19h - UFMS - Anfiteatro CCHS

Intervenção “Rezadores Guarani-Kaiowá” (sujeito a alteração)

19h as 21h - MESA 6

Corporalidade, substâncias, ritual e religião nos contextos e fluxos indígenas

* Saulo Conde Fernandes (Graduado em História pela UFMS, mestre em Antropologia pela UFGD): “Indígenas do tronco Pano nas redes xamânicas contemporâneas e o consumo ritual e terapêutico de substâncias psicoativas”

* Lauriene Seraguza (Graduada em Letras pela UFMS, mestra em Antropologia pela UFGD, doutoranda em Antropologia pela USP): “Cosmologias, corpos e substâncias entre os Guarani e Kaiowa no MS”

* Gabriela Barbosa Lima e Santos (Graduada em Ciências Sociais pela UFMS, mestra em Antropologia pela UFGD): “Práticas de cura na tradição Kaiowá”

* Ricardo Cruz (Graduado em Ciências Sociais pela USP; mestrado em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro); “Consumo de cerveja na selva alta peruana”.

Mediador: Tiago Duque (UFMS)

DIA 08-04-2016 (Sábado) - UFMS - Anfiteatro CCHS

8h as 10h - MESA 7

Trabalho antropológico e organização política indígena

* Ellen Cristina de Almeida (Graduada em Ciências Sociais pela UFGD, mestra em Antropologia pela UFGD): “Associativismo indígena em Dourados-MS”

* Lilian Raquel Ricci Tenorio (Graduada em Direito pela UCDB e em Ciências Sociais pela UFMS, mestra em Antropologia pela UFGD): “Perícia judicial em terras indígenas: o trabalho do antropólogo”;

* José Henrique Prado (Graduado em Ciências Sociais pela UFMS, mestre em Antropologia pela UFGD)

Mediador: Thiago Cavalcante (Graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina, mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados e doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)

12h - Encerramento

Palavras finais com Comissão Organizadora.

Sumário

PROGRAMAÇÃO 6

1. GT - COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO MATO GROSSO DO SUL 17

APRESENTAÇÃO ORAL 17

1.1 SEMEANDO ANCESTRALIDADE EM ESCOLAS QUILOMBOLAS: REPRESENTAÇÕES, CULTURA ESCOLAR E DOCÊNCIA - por Maria Aparecida Lima dos Santos, Graciele Ferreira de Oliveira e Tabitha Molina 17

1.2 DIÁLOGOS DA HISTORIA CULTURAL, ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA ORAL NA PESQUISA DE UM TERREIRO DE UMBANDA - por Yasmin Falcão 18

1.3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM MATO GROSSO DO SUL INCIDÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REALIZADAS A PARTIR DE 2004 - por Antonio Hilário Aguilera Urquiza e Lourival dos Santos 18

1.4 HISTÓRIA ORAL DE QUILOMBOLAS DE MATO GROSSO DO SUL: POR NOVAS NARRATIVAS DA HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL - por Lourival dos santos 19

2 GT - CIDADE E CAMPO, COMÉRCIO, TURISMO, LAZER E ÁREAS DE FRONTEIRA 21

APRESENTAÇÃO ORAL 21

2.1 POVOS INDÍGENAS E MUSEUS ETNOGRÁFICOS: APROXIMAÇÕES E DISTÂNCIAMENTOS - por Ana Carolina Marques e Carla Fabiana Costa Calarge 21

2.2 NOTAS SOBRE ESTIGMA A PARTIR DO CASO DOS BOLIVIANOS E BOLIVIANAS EM CORUMBÁ - por Isabelle Jablonsky 21

BANNERS 22

2.3 BRASIL E HAITI – A DIÁSPORA HAITIANA E O CONTROLE DAS FRONTEIRAS - por Jacqueline Cristina da Silva e a orientadora Marine Corde 22

2.4 MUSEU DAS CULTURAS DOM BOSCO: PERCEPÇÕES DE PÚBLICO A RESPEITO DOS POVOS INDÍGENAS - por Monizzi Mábile Garcia de Oliveira e Dirceu Mauricio van Lonkhuijzen 22

2.5 ANTIGA RODOVIÁRIA: NOTAS SOBRE COMÉRCIO, ALTERIDADE E REVITALIZAÇÃO - por Vladimir Eiji Kureda e Guilherme R. Passamani 23

3 GT - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E DIVERSIDADE ÉTNICA 25

APRESENTAÇÃO ORAL 25

3.1 A ESCOLARIZAÇÃO NA TERRA INDÍGENA DE DOURADOS: ABORDAGEM HISTÓRICA DAS INTERVENÇÕES DO ESTADO E DOS AGENTES RELIGIOSOS E SUAS IMPLICAÇÕES (1940-1975) - por José Augusto Santos Moraes 25

3.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E ALGUMAS REFLEXÕES: ESCOLA MBO'ERO ARANDU'I DA ALDEIA JARARÁ MUNICÍPIO DE JUTI-MS - por Marlene Gomes Leite e Levi Marques Pereira 25

3.3 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E AS TÁTICAS DE RESISTÊNCIAS: NOTAS PRELIMINARES DO CADERNO DE CAMPO - por Rodrigo Novais de Menezes 26

3.4 MARCO CONCEITUAL, DIVERSIDADE CULTURAL E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL ROSA CRISTINA RIBEIRO (UFMS) - por Rosa Cristina Ribeiro 27

3.5 PERCEPÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE DIFERENÇA/QUESTÕES ÉTNICAS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PORANGATU/GO - por Rozane Alonso Alves e Matheus Lucio dos Reis 28

3.6 UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE OS USOS E OS SENTIDOS DA LEITURA E DA ESCRITA ENTRE OS WASSU-COCAL - por Jéssika Danielle dos Santos Pereira 29

3.7 O DECRETO DOS ETNOTERRITÓRIOS POVOS DO PANTANAL E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ESCOLA INDÍGENA ANGELINA VICENTE, ALDEIA BREJÃO, T.I. NIOAQUE - por Daniele Lorenço Gonçalves 29

3.8 LINGUAGEM AUDIOVISUAL E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA GUARANI-MBYA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CURRÍCULOS INTERCULTURAIS - por Iulik Lomba de Farias 30

3.9 RELAÇÕES ENTRE A CIRCULARIDADE DAS CRIANÇAS KAIOWÁ NAS TRILHAS DA ALDEIA LARANJEIRA ÑANDERU E TERRITORIALIDADE - por José Paulo Gutierrez e Daniela Saab Nogueira 31

3.10 PASSOS E PERCALÇOS DO ESTUDO DAS CULTURAS, HISTÓRIAS E SABERES INDÍGENAS EM ESCOLAS NÃO INDÍGENAS DE CAMPO GRANDE-MS - por Nilcieni Maciel e José Henrique Prado 32

3.11 DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA, O QUE É ENSINADO EM NOSSAS ESCOLAS? - Por Benedito de Jesus Bogéa Lopes Filho 33

3.12 LEI 11.645/2008: CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS NO ENSINO DE ARTE? - Por Nilva Heimbach 33

3.13 CONTEXTO URBANO: O QUE PENSAM OS ALUNOS INDÍGENAS SOBRE SUA IDENTIDADE - por Eder Gomes Souza e Valéria A. M. O. Calderoni 34

3.14 EDUCAÇÃO E IDENTIDADE CULTURAL: A PRÁTICA NA E.M. SULIVAN SILVESTRE DE OLIVEIRA "TUMUNÉ KALIVONO" CRIANÇA DO FUTURO - por Stephani Gonçalves Guerra 35

3.15 PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES (AS) SOBRE DIFERENÇA/QUESTÕES ÉTNICAS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PORANGATU/GO - por Jonatha Daniel dos Santos, Rozane Alonso Alves e Wendia Monteiro dos Santos 36

3.16 A IDENTIDADE DO ÍNDIO EM CONTEXTO URBANO: UM ESTUDO SOBRE O POVO TERENA NA ALDEIA MARÇAL DE SOUZA - por Leandro Pileggi Engenhari 37

3.17 COMO OS POVOS INDÍGENAS SÃO REPRESENTADOS PELA MÍDIA EM MATO GROSSO DO SUL - por Maila Indiara Nascimento e Valéria A. M. O. Calderoni 37

3.18 A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DIFERENCIADA INDÍGENA NOS CURSOS REGULARES DE ENSINO SUPERIOR NO MATO GROSSO DO SUL - por Daniela Saab Nogueira e José Paulo Gutierrez 39

3.19 AS EXPERIENCIAS DE EGRESSAS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR ESUAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO - por Maurício José dos Santos Silva, Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo e Eugenia Portela de Siqueira Marques 39

3.20 A TEMÁTICA INDIGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UM DOS LIVROS RECOMENDADO PARA O ENSINO MÉDIO - por Lucinéia de Souza e Micilene Teodoro Ventura 40

3.21 ARTE EDUCAÇÃO VALORIZANDO A CULTURA LOCAL: ideias de novas abordagens no ensino de arte na Terra Indígena Buriti - por Amanda Vieira Sandim 41

3.22 FRONTEIRAS ETNOCULTURAIS: AS TERRITORIALIDADES DO ENSINO DEEDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DOS SABERES TRADICIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO DO PANTANAL SUL - por Edson Pereira de Souza e Icléia Albuquerque de Vargas 41

3.23 ARTE E GRAFISMO KADIWÉU NAS AULAS DE ARTES VISUAIS: Possibilidades de sensibilizar e criar - Por Natália de Assis Dias e Miguel Ângelo Corrêa 42

3.24 A APROPRIAÇÃO DO CINEMA E DAS NOVAS TECNOLOGIAS PELOS POVOS INDÍGENAS EM PROL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: ALGUMAS APROXIMAÇÕES - Por Nataly Guimarães Foscaches 43

3.25 O PAPEL DO PROFESSOR TERENA E SUA PEDAGOGIA INDÍGENA NA FORMAÇÃO SOCIO-CULTURAL DOS ALUNOS - Por Ana Carolina Bezerra dos Santos 44

3.26 A TEMÁTICA INDÍGENA EM SALA DE AULA - Por Jair Bezerra dos Santos 44

BANNERS 46

3.27 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES GUARANI E KAIOWÁ EM MATO GROSSO DO SUL: primeiros mapeamentos - Por Aurieler Jaime de Abreu e Carlos Magno Naglis Vieira 46

APRESENTAÇÃO ORAL 47

3.28 CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA NO PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO DA LÍNGUA TERENA NA ALDEIA ALDEINHA, EM ANASTÁCIO, MATO GROSSO DO SUL - Por Evelin Hereke 47

3.29 O GRAFISMO INDÍGENA NAS AULAS DE ARTE: experiências com a arte Kadiwéu no ensino fundamental - Por Maicon Moreno da Costa e Miguel Angelo Corrêa 47

BaNNERS 49

3.30 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA OS KADIWÉU EM PORTO MURTINHO (MS): SUBSÍDIOS PARA FRONTEIRA ETNOCULTURAL - Por LoivoKnapp de Almeida e Edson Pereira de Souza 49

3.31 A TERRITORIALIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM LINGUAGENS PARA POVOS INDÍGENAS DE AQUIDAUANA (MS), REGIÃO DO PANTANAL SUL: EMBASAMENTO PARA FRONTEIRA ETNOCULTURAL - Por Bruna Mariane Gomes de Camargo e Edson Pereira de Souza 50

3.32 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA OS TERENA NO DISTRITO DE TAUNAY, EM AQUIDAUANA (MS), REGIÃO DO PANTANAL SUL: SUBSÍDIOS PARA FRONTEIRA ETNOCULTURAL - Por LoivoKnapp de Almeida e Edson Pereira de Souza 51

3.33 A TERRITORIALIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM LINGUAGENS PARA POVOS INDÍGENAS DE PORTO MURTINHO (MS), REGIÃO DO PANTANAL SUL: EMBASAMENTO PARA FRONTEIRA ETNOCULTURAL - Por Bruna Mariane Gomes de Camargo e Edson Pereira de Souza 52

3.34 O ENSINO DEEDUCAÇÃO AMBIENTAL EM LINGUAGENS A PARTIR DOS SABERES TRADICIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO DO PANTANAL SUL: FRONTEIRAS ETNOCULTURAIS - Por Bruna Mariane Gomes de Camargo e Edson Pereira de Souza 53

4 GT - GÊNERO, CORPO E SAÚDE 54

APRESENTAÇÃO ORAL 54

4.1 TÍTULO DO TRABALHO: TRAJETÓRIAS MASCULINAS NA ESFERA DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA - por Janine Targino da Silva 54

4.2 LINGUAGEM DA ACADEMIA, LINGUAGEM DE SANTO, LINGUAGEM DO SEXO: a produção acadêmica sobre gênero em religiões de matrizes africanas – por Mayara Holzbach 54

4.3 DOIS REGISTROS DISCIPLINARES E MÚLTIPLOS SENTIDOS: NOTAS SOBRE AS PRODUÇÕES DE CORPOS E SUBJETIVIDADES ENTRE CRIANÇAS E JOVENS (NÃO) INDÍGENAS DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS SULMATOGROSSENSES – por Ezequias F Milan e Simone Becker 55

4.4 A SAÚDE QUE EU CREIO: AS COMUNIDADES RELIGIOSAS AFRO-BRASLILEIRA NO CAMINHO DO PLURALISMO TERAPÊUTICO – por Sandra Ceschin Fioravanti 55

4.5 AS FRONTEIRAS EM ESPAÇOS URBANOS – por Suzana Vinicia Mancilla Barreda 56

4.6 INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA POPULAÇÃO INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL – por Zuleica da Silva Tiago 57

BANNERS 59

4.7 UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO TEÓRICA BRASILEIRA NO CAMPO DA PROSTITUIÇÃO MASCULINA1 – por Tatiana Bezerra de Oliveira Lopes e Guilherme Rodrigues Passamani 59

4.8 RACISMO E A TAXA DE MORTALIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA: UMA ANALISE EM TORNO DA HISTORIA, MITOS E A TEORIA LOMBROSIANA – por Leandro de Souza Silva e Eugenia Portela de Siqueira Marques 59

4.9 A PROSTITUIÇÃO MASCULINA NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA – por IghorAvanci e Guilherme R. Passamani 60

5 GT - PRÁTICAS DE ARQUEOLOGIA EM MATO GROSSO DO SUL 61

APRESENTAÇÃO ORAL 61

5.1 ARTES E COSMOLOGIA KAIOWÁ: O PROCESSO DE PRODUÇÃO, SIGNIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO – por Rosalvo Ivarra Ortiz 61

5.2 A ARTE RUPESTRE EM ALCINÓPOLIS-MS E O USO DE SOFTWARES 3D NO SEU PROCESSAMENTO – por Thaiane Coral Fernandes Lima e Beatriz dos Santos Landa 61

5.3 APROPRIAÇÃO, PRODUÇÃO E USO DO ESPAÇO NA RESERVA PORTO LINDO/JAKAREY E NA ÁREA RETOMADA YVY KATU – MS PELAS CRIANÇAS GUARANI NA PERSPECTIVA ETNOARQUEOLÓGICA – por Beatriz dos Santos Landa 62

5.4 REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL: AÇÕES REALIZADAS PELO PODER PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS/MS – por Laura Roseli Pael Duarte e Beatriz dos Santos Landa 63

5.5 APONTAMENTOS E REFLEXÕES DEUMA EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA DO POVO BORORO EM MERURI – por José Francisco Sarmento Nogueira 64

5.6 Diálogos Interdisciplinares para o entendimento da cerâmica Tupiguarani do MS – por Fernanda de Sousa Fernandes 65

BANNERS 67

5.7 DIÁLOGOS MULTI/INTERCULTURAIS NO AMBIENTE DE CONVIVÊNCIA DO PROJETO REDE DE SABERES DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB) – por José Francisco Sarmento Nogueira e Joao Felipe Abrahan 67

6 GT - RELIGIOSIDADES E NOVAS ESPIRITUALIDADES 68

APRESENTAÇÃO ORAL 68

6.1 *Pujopié Noñague:* Sobre um conceito Ayoreo de feitiçaria – por Leif Grunewald 68

6.2 DOS MOTIVOS PARA A BUSCA DE TRATAMENTO EM UMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA RELIGIOSA: ESTUDO DE CASO – Por Janine Targino da Silva 68

6.3 UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS JOVENS INDÍGENAS DA 1° CONGREGAÇÃO DA TERRA INDÍGENA DE DOURADOS – por Lílian Luana da Silva 69

6.4 O CONTINUUM DA POSSESSÃO: um estudo sobre a comunicabilidade com os espíritos entre Umbanda e Espiritismo na cidade de Dourados – MS (1976 a 2010) – por Ana Maria Valias Andrade Silveira 69

6.5 RAINHAS DE QUEM TEM FÉ: A influência de pombas-gira na construção da identidade de médiuns homossexuais e transgêneros – por Mayara Holzbach 70

6.6 Mario de Andrade: Um modernista de corpo fechado – por Mario Teixeira de Sá Junior 71

6.7 A ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS TRADICIONAIS DE MOÇAMBIQUE (AMETRAMO): entre tradição e modernidade – por Graziele Acçolini e Mario Teixeira de Sá Jr. 71

6.8 A Noção de Pessoa no Santo Daime: questões teóricas e metodológicas - por Mateus Henrique Zotti Maas 72

6.9 História do Santo Daime em Campo Grande – por Murilo Cezar Luz 72

7 GT - TERRITORIALIDADE, MOBILIDADE E CONFLITO 74

APRESENTAÇÃO ORAL 74

7.1 CONFLITOS NO CONTEXTO DE AUTODEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA MBYÁ GUARANI TEKOÁ MIRIM – por Fábio do Espírito Santo Martins 74

7.2 UM PRIMEIRO MOVIMENTO PARA SEGUIR UM CONCEITO ÑANDEVA/ AVÁ GUARANI A RESPEITO DA PESSOA E DOS MODOS DE CUIDADOS E OS ESTUDOS CRÍTICOS DO DESENVOLVIMENTO – por Yan Leite Chaparro, Josemar de Campos Maciel e Levi Marques Pereira. 74

7.3 A ESCOLA PÚBLICA E A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS: DEBATE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA EDUCAR JOVENS CONSCIENTES DA LUTA DOS POVOS INDÍGENAS PELO DIREITO A TERRA por Sanderson Pereira Leal e Walter Guedes da Silva 75

7.4 REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS INDÍGENAS A PARTIR DAS FONTES ESCRITAS: DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA – por Lenir Gomes Ximenes, Hélita da Silva Igrez Branco e Mabel Saldanha Shinohara 76

7.5 REFLEXÕES DO TERRITÓRIO INDÍGENA SOBRE A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL – por Leandro Henrique Araújo Leite e Tabitha Molina Monteiro 76

7.6 DIÁLOGO E DESAFIOS NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE INDÍGENA. UMA CAMINHADA PELO HOSPITAL DA MISSÃO E A HISTÓRIA DO PRÍNCIPE KAIOWÁ – por Josiane Emilia do Nascimento Wolfart e Cátia Paranhos Martins 77

7.7 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL – por Djmes Suguimoto, Dolores Pereira Ribeiro Coutinho e Rodrigo Augusto Borges Pereira 78

7.8 EMERGÊNCIA ÉTNICA INDÍGENA E PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO NA COMUNIDADE NAZARÉ NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO- PI – por Ilana Magalhães Barroso 78

7.9 KAIOWÁ/PAÏ TAVYTERÃ: ONDE ESTAMOS E AONDE VAMOS? Um estudo antropológico do Oguatá Porã na fronteira Brasil/Paraguai – por Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues e Antônio Hilário Aguilera Urquiza 79

7.10 HUMANIDADE SACRIFICIAL E DESENVOLVIMENTISMOS: UMA RECUSA RADICAL, UM BARTLEBY INDÍGENA? - Por Antônio Henrique Maia Lima 80

BANNERS 81

7.11 EMPREENDEDORISMO E CULTURA OKINAWA NA TERRITORIALIZAÇÃO DO SOBÁ EM CAMPO GRANDE/MS – por Laura Aparecida dos Santos Gomes, Cleonice Alexandre Le Bourlegat e Josemar de Campos Maciel 81

APRESENTAÇÃO ORAL 82

7.12 O INSTITUTO DO MARCO TEMPORAL NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS: IMPLICAÇÕES PRÁTICAS NO CASO DE MATO GROSSO DO SUL – por Thiago Leandro Vieira Cavalcante 82

7.13 KINIKINAU: ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E SOCIAL NA ALDEIA LALIMA/MS – por Josete Cardoso Cáceres 82

7.14 A ABORDAGEM DAS MANIFESTAÇÕES DOS INDÍGENAS DA RESERVA DE DOURADOS, PELA IMPRENSA ONLINE DE DOURADOS – por Gabriel dos Santos Landa 84

7.15 RESPEITANDO A DIFERENÇAS SOCIAIS E CULTURAIS – por Paulo Apolinario Bispo e Lauriene Seraguza Olegario e Souza 84

7.16 TERRITÓRIO EM TENSÃO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS GERADOS PELA INSTALAÇÃO DE REPRESAS NA BORDA DO PANTANAL – por Silvia Zanatta e Josemar Maciel 85

7.17 IMPASSES NO RECONHECIMENTO DOS ÍNDIOS COMO SUJEITOS DE DIREITOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DIREITO INDIGENISTA – por Pedro Sergio Dantas da Silva Carvalho e Maucir Pauletti 86

7.18 PRAZER DE FAZENDEIRO: O PROJETO DE PARCERIA PECUÁRIA KADIWÉU – por Messias Basques 87

7.19 DEBAIXO DA TERRA: UMA CARTOGRAFIA ACERCA DOS DISCURSOS QUE PERMEIAM AS TESSITURAS RIZOMÁTICAS DA PEC 215 – por Rayane Bartolini Macedo 88

APRESENTAÇÃO ORAL 89

7.20 NOTAS SOBRE COLONIZAÇÃO E ETNOCÍDIOEM RONDÔNIA (1970-1990) – por Carlos Alexandre Barros Trubiliano 89

7.21 TRÁFICO E MIGRAÇÃO DE INDÍGENAS PARA COLHEITA DE MAÇÃ NO SUL DO BRASIL – DESDOBRAMENTOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL – por Maucir Pauletti 89

7.22 ACELERAÇÃO, ESQUECIMENTO E HOSPITALIDADE. EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO – por Josemar de Campos Maciel 91

7.23 A ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA E POLÍTICA DE PIERRE CLASTRES – por David Victor-Emmanuel Tauro 92

7.24 O POVO CAMBA EM ESPAÇOS TRANSNACIONAIS: ENTRE DUPLA AUSÊNCIA E MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS - por Antonio Hilário Aguilera Urquiza e Getúlio Raimundo de Lima 92

7.25 MOBILIDADE INDÍGENA E TERRITORIALIDADE NAS FRONTEIRAS DE MATO GROSSO DO SUL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS – por Luyse Vilaverde Abascal Munhós e Antonio Hilario Aguilera Urquiza 93

7.26 SIMILITUDES E DIFERENÇAS ENTRE AS COMUNIDADES OFAYÉ DE 1948 E ENODI 2014 – por Julia Falgeti Luna e Bárbara Cristina Krüngel de Barros Almeida 94

1. GT - COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO MATO GROSSO DO SUL

SESSÃO 1- DIA: 06 DE ABRIL DE 2017 – UNID. VI

APRESENTAÇÃO ORAL

1.1 SEMEANDO ANCESTRALIDADE EM ESCOLAS QUILOMBOLAS: REPRESENTAÇÕES, CULTURA ESCOLAR E DOCÊNCIA - por Maria Aparecida Lima dos Santos, Graciele Ferreira de Oliveira e Tabitha Molina

Sabemos que a abordagem das questões que envolvem o racismo e o preconceito racial no Brasil torna-se ainda mais complexa quando agregamos, em uma perspectiva interseccional, as temáticas do gênero e das desigualdades sociais e culturais (McCALL, 2005). Tal complexidade é amplificada ainda quando situadas no espaço escolar, fortemente configurado nos moldes da cultura escolar (FORQUIN, 1993).

É mister afirmar que a tendência à reprodução dos mecanismos de exclusão e desigualdade tem sido uma marca característica das instituições escolares no Brasil e no mundo e, por consequência, encontra-se entranhada no currículo escolar (SACRISTÁN, 1998). Esse aspecto é exacerbado quando sublinhamos as questões relacionadas à educação étnico-racial, uma vez que, no Brasil, o currículo, compreendido como prática de atribuição de sentidos ou como enunciação (LOPES, 2011), é marcado pela cosmovisão patriarcal (SANTOS, 2005).

A fim de contribuir com a configuração de práticas calcadas na perspectiva da interculturalidade (WALSH, 2012) é que foi formulado o projeto de pesquisa *Semeando ancestralidade em escolas quilombolas*, ao qual essa pesquisa encontra-se vinculada. Nesta comunicação, apresentaremos a reflexão tecida em torno dos apagamentos produzidos e da transparência das questões raciais nas representações que os diferentes membros da equipe docente da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, localizada em Furnas do Dionísio (Jaraguari/MS), possuem e como tais representações vêm se tornando, em ações de formação, objeto de reflexão sobre a prática pedagógica da própria equipe.

Ressalte-se que a referida pesquisa se encontra em andamento, e configura-se como uma investigação de cunho qualitativo (ALVES, 1991; LAVILLE, 2002; VERGARA, 2009), considerando o fenômeno educativo na perspectiva interpretativa (GÓMEZ, 1998).

Palavras-chave: educação étnico-racial; comunidades tradicionais; currículo escolar; representações sociais.

1.2 DIÁLOGOS DA HISTORIA CULTURAL, ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA ORAL NA PESQUISA DE UM TERREIRO DE UMBANDA - por Yasmin Falcão

Apresenta-se o aporte teórico e metodológicousado na pesquisa sobre aspectos simbólicosdo terreiro de umbanda Seara das Almas. Busca-se compreender aUmbanda e sua história como parte da cultura afro-brasileira em Campo Grande/MS.A contribuiçãoteórica refere-se a História Cultural com interlocução com Antropologia utilizando a metodologia de História Oral. Direciona-se a História Cultural porque entende-se que é desejo de muitos historiadores compreender os usos que o presente faz das memórias, pois é por meio dessa e das representações que o sujeito compõem o pensar historicamente. A referência bibliográfica usada é também constituída de escritos de antropólogos. Como um trabalho de história que se relaciona muito bem com a antropologia, é necessário usar das ferramentas da etno-história. O terreiro, as entidades, as pessoas, os símbolos são objetos de pesquisa que estão vivos e exigem uma interação. Assim, adentrar em um terreiro de umbanda é sentir como os umbandistas usam das memórias e tradições. Para realizar a pesquisa optou-se pela metodologia da História Oral, usada para responder as preposições que não se encontrava na bibliografia e para fundamentar novos conhecimentos.

Palavras-chave: história cultural, antropologia, história oral, Umbanda.

1.3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM MATO GROSSO DO SUL INCIDÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REALIZADAS A PARTIR DE 2004 - por Antonio Hilário Aguilera Urquiza e Lourival dos Santos

O presente texto é fruto de projeto de pesquisa realizado a alguns anos com a proposta de fazer um diagnóstico acerca das políticas públicas existentes nas comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul. Tomando como referência a situação fundiária à época da pesquisa, foram escolhidas seis comunidades em fase de titulação de seus territórios: Comunidade Negra de São Miguel (Maracaju), Furnas de Boa Sorte (Corguinho), Furnas do Dionísio (Jaraguari), Desidério Felipe Oliveira (Dourados), Chácara Buriti e Tia Eva (comunidade urbana em Campo Grande). A pesquisa contou com levantamento bibliográfico e a análise

documental, especialmente a partir dos dados dos processos administrativos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Outro elemento da metodologia foi a realização do trabalho de campo, com entrevistas e rodas de conversa com lideranças. A base teórica para compreensão e discussão dos dados foi da antropologia e da história regional. Levantamos, assim, as políticas públicas incidentes nessas comunidades nos últimos 10 anos e, em particular, a situação atual dos processos de reconhecimento, delimitação, titulação e demarcação das terras ocupadas por remanescente de quilombos. A partir dos dados chegamos a alguns resultados: há, na atualidade (2016), aproximadamente 30 comunidades quilombolas, sendo 21 identificadas e formalizadas pela Fundação Cultural Palmares, e dentre estas, 12 comunidades possuem procedimento administrativo instaurado no INCRA. Garantir o direito à titulação das terras quilombolas é devolver às comunidades a possibilidade da permanência definitiva em seus territórios, o que acarretará em uma maior autonomia e conscientização de seus direitos garantidos por lei e a forma como podem reivindicá-los diante de órgãos competentes, transformando a realidade que se apresenta em forma de lei, mas que, em sua maioria, não se concretizam na vida prática e comunitária.

Palavras-chave: comunidades quilombolas; território; regularização fundiária.

1.4 HISTÓRIA ORAL DE QUILOMBOLAS DE MATO GROSSO DO SUL: POR NOVAS NARRATIVAS DA HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL - por Lourival dos santos

As comunidades negras que aportaram no sul do Mato Grosso, a partir do final do século XIX vieram com proposta distinta do colono branco para a ocupação do cerrado. Sabemos que a colonização dentro de padrões europeus, serviu para atender o mercado externo, seguindo a lógica do capitalismo de desenvolvimento desigual e dependente. A erva mate, o gado, a expansão ferroviária foram, oficialmente, as molas de ocupação da região.

Com as comunidades quilombolas foi diferente: fora da lógica de produção para o mercado criaram formas de exploração da terra baseadas no trabalho coletivo e na sua subsistência. Vindos especialmente do sul de Goiás e de Minas Gerais, movimento identificado por Caio Prado Júnior (PRADO JÚNIOR, 1945), e que confirmamos nas entrevistas de História Oral de Vida: o(a)s negro(a)s fundadore(a)s chegaram ao então sul do Mato Grosso com pecúlio próprio. Aportaram no centro-oeste brasileiro com recursos modestos, provavelmente obtidos em suas terras de origem, por meio de exploração de lavouras a partir de contratos de

meação, como empregados ou exercendo a função de “negros de ganho”. Nos testemunhos que recolhemos, muitos relataram que a chegada dos negros remonta à Guerra do Paraguai (1864-1870) e os famosos batalhões de capoeiras.

As ‘terras de negros’ ganharam características próprias: com menos dinheiro que seus concorrentes, adquiriram terras em furnas, termo que designa “lugar escondido” e que nomina várias comunidades quilombolas que, até a década de 1980, ocupavam um passado de resistência que foi atualizado a partir da militância de Abdias do Nascimento(1914-2011) que propôs, na década de 1980, a ressignificação e atualização das palavras quilombo e quilombola.

Essa migração de negros repetiu a estratégia ancestral de povos africanos: buscar novas terras quando lhes era negada a possibilidade de sobrevivência digna. Foi assim com os bantus da África sul-saariana, em processo que se iniciou a cerca de três mil anos fazendo com que se expandissem por quase toda África ao sul do deserto do Saara. Note-se que não se trata de fuga pura e simples, que pode ser interpretada como ato de covardia, como renúncia à luta. Ao contrário, trata-se de uma expansão. Toda expansão de grupos humanos pressupõe a disseminação de novos modos de vida que dizem respeito à forma de produzir, a formas de ler o mundo, enfim a uma determinada expansão cultural e econômica.

A atual constituição brasileira de 1988, em suas disposições transitórias, dispõe que é dever do Estado demarcar terras de remanescentes quilombolas. Abriu-se então brecha para que essas comunidades regularizassem, nos marcos legais oficiais, a propriedade de suas terras. Desde então, muita polêmica se seguiu para definir o que era ou deixava de ser quilombola. Não entrarei em detalhes sobre essa polêmica, limitando-me a dizer que essas comunidades, aliadas ao movimento negro em âmbito nacional abraçaram essa denominação como forma de regularizar a posse ou retomar terras que lhe foram usurpadas, muitas vezes ao arrepio da lei (ARRUTI, 2006).

Na atual fase de desenvolvimento da região centro oeste essa reconfiguração de identidades enseja a escrita de novas histórias, a invenção de novas tradições e a reforma do currículo escolar.

2 GT - CIDADE E CAMPO, COMÉRCIO, TURISMO, LAZER E ÁREAS DE FRONTEIRA

SESSÃO 1- DIA: 06 DE ABRIL DE 2017 – UNID. V

APRESENTAÇÃO ORAL

2.1 POVOS INDÍGENAS E MUSEUS ETNOGRÁFICOS: APROXIMAÇÕES E DISTÂNCIAMENTOS - por Ana Carolina Marques e Carla Fabiana Costa Calarge

O presente estudo tem por objetivo refletir sobre um campo de relações que se estabelece historicamente entre os povos indígenas e os museus etnográficos no Brasil. Destacamos as particularidades do processo de criação das instituições museológicas no país e as mudanças de paradigmas mais recentes, ressaltando o protagonismo indígena e sua participação na ressignificação desses acervos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, em que se procurou reunir algumas experiências em relação a curadoria compartilhada com os povos tradicionais na elaboração de exposições ou na pesquisa de acervos etnográficos. Como resultado, observamos nos últimos anos várias transformações no modo como os povos indígenas participam da construção de coleções e elaboração de exposições, porém o caminho para o respeito e valorização das culturas indígenas ainda tem muito a ser percorrido.

Palavras Chave: Povos indígenas; Culturas indígenas; Museus etnográficos, acervos, coleções.

2.2 NOTAS SOBRE ESTIGMA A PARTIR DO CASO DOS BOLIVIANOS E BOLIVIANAS EM CORUMBÁ - por Isabelle Jablonsky

Este trabalho procura refletir a respeito do que pode ser definido como estigma sobre bolivianos e bolivianas na cidade de Corumbá; entendendo por estigma o que Goffman (2014) coloca como uma definição negativa que nos dá ‘base’ para a construção de estereótipos que justificariam nosso julgamento sobre os grupos estigmatizados. Em Corumbá – cidade marcada por um contexto de fronteira – é perceptível os estigmas que

recaem sobre os bolivianos e esse trabalho pretende trazer uma reflexão sobre essas situações.

Palavras-chave: fronteira; estigma; migrantes bolivianos.

BANNERS

2.3 BRASIL E HAITI – A DIÁSPORA HAITIANA E O CONTROLE DAS FRONTEIRAS - por Jacqueline Cristina da Silva e a orientadora Marine Corde

Em 2010 o Haiti sofreu uma grande mudança em sua estrutura interna devido ao grande terremoto que abalou o país, desencadeando um grande processo imigratório. Com rotas já estabelecidas, muitos chegam ao Brasil e avançam para outras cidades no país, a constante chegada de imigrantes haitianos nas fronteiras do norte, entre elas podemos citar a cidade de Brasiléia no Acre, abre uma discussão sobre o papel da política brasileira de acolhimento frente às migrações que ocorrem no mundo hoje. Assim, as políticas de acolhimento aos refugiados, ampliam o tema das fronteiras e nos faz questionar o papel dos países e o fluxo imigratório que está mudando a visão geopolítica mundial e a discussão sobre os limites que um país pode impor através de suas políticas de permanência. Esta pesquisa procura relacionar através da imigração haitiana as relações bilaterais do Brasil com o Haiti e as decisões do governo brasileiro acerca da política externa e o controle das fronteiras.

Palavras – chaves: Brasil, Haiti, Fronteiras.

2.4 MUSEU DAS CULTURAS DOM BOSCO: PERCEPÇÕES DE PÚBLICO A RESPEITO DOS POVOS INDÍGENAS - por Monizzi Mábile Garcia de Oliveira e Dirceu Mauricio van Lonkhuijzen

Este trabalho é vinculado ao programa educativo de visitas do Museu Das Culturas Dom Bosco – MCDB e objetiva identificar as diferentes formas de olhar do público visitante do MCDB, o que se reconhece e conhece quanto às populações indígenas do Brasil, em especial as etnias do Mato Grosso do Sul. O desenvolver do trabalho será feito a partir de um breve histórico sobre museus etnográficos, juntamente com a apresentação do acervo

do MCDB que atualmente está divido em duas áreas do conhecimento, ciências humanas e ciências naturais, dando ênfase para coleção etnográfica. Para fundamentação teórica desse trabalho foram consultadas bibliografias a respeito da formação dos museus etnográficos no Brasil e como se constituíram ao longo do século XX ganhando novas roupagens em relação à forma de apresentar seu acervo. O desenvolver propriamente dito do trabalho gira em torno da percepção que o público demonstra em relação aos povos indígenas, durante a visita mediada as exposições etnográficas do MCDB. A partir disto será aplicado o método Kozel de mapas mentais para analisar que visão os participantes do programa de visita demonstram quanto às questões indígenas apresentadas pelos estagiários.

Os resultados preliminares serão base para discussão e estudos aprofundados, colaborando assim, no planejamento de futuras ações educativas que visam o cumprimento do papel social do MCDB enquanto museu etnográfico.

Palavras-chave: povos indígenas; educação patrimonial; mapas mentais; museu etnográfico.

2.5 ANTIGA RODOVIÁRIA: NOTAS SOBRE COMÉRCIO, ALTERIDADE E REVITALIZAÇÃO - por Vladimir Eiji Kureda e Guilherme R. Passamani

O presente trabalho apresenta algumas reflexões acerca das conexões entre comércio, alteridade vista como “degradada” (Whyte, 2005) – que compreende moradores de rua, usuários de drogas e garotas de programa – e a revitalização na Antiga Rodoviária de Campo Grande-MS. Neste sentido, foi realizada uma pesquisa de campo, com viés etnográfico, nos espaços comerciais, a partir da utilização de entrevistas semiestruturadas e conversas informais com alguns atores sociais do lugar, além da observação direta. Lançamos mão do conceito de territorialização (Haesbaert, 2007) para entender a dinâmica socioespacial dessa área central da cidade em que o comércio formata relações de fronteira com grupos específicos, a partir de critérios relacionados à abjeção (Rui, 2014), mas também possibilita formas de sociabilidade para além da segregação e do conflito. Salienta-se, que os interesses dos comerciantes e do público em geral não conflitam apenas em relação aos sujeitos vistos como estigmatizados (Goffman, 1988), o “problema social” da região, mas também antagonizam com os próprios agentes envolvidos com o comércio daquele espaço. Por fim, pretendemos apresentar, ainda que panoramicamente, o debate sobre a revitalização da

Antiga Rodoviária, elencando alguns dilemas que surgem a partir de disputas entre modelos ideais para o lugar, problemas estruturais relacionados a grupos econômicos e também diferentes visões de intervenção estatal e privada.

Palavras-chave: Territorialização, abjeção, sociabilidade, estigma, revitalização.

3 GT - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E DIVERSIDADE ÉTNICA

SESSÃO 1: DIA: 06 DE ABRIL DE 2017 – UNID. V

APRESENTAÇÃO ORAL

3.1 A ESCOLARIZAÇÃO NA TERRA INDÍGENA DE DOURADOS: ABORDAGEM HISTÓRICA DAS INTERVENÇÕES DO ESTADO E DOS AGENTES RELIGIOSOS E SUAS IMPLICAÇÕES (1940-1975) - por José Augusto Santos Moraes

A proposta desenvolvida neste artigo foi a de abordar as relações entre o Estado brasileiro a Missão Evangélica Caiuá na escolarização dos indígenas da Terra Indígena de Dourados entre os anos de 1940 e 1975. Sobretudo, o objeto foi o de discutir as implicações do modelo de educação escolar oferecido às etnias que viviam nesse local e analisar em quais sentidos a atuação dos agentes religiosos pode ter produzido afetações, ou não, no âmbito sócio-formativo dos indígenas. Neste sentido, apresento discussões que visam historizar o processo histórico da escolarização indígena em diálogo com algumas perspectivas próprias da Antropologia. Para tanto, foram analisados documentos do Serviço de Proteção aos Índios e da Funai, bem como registros e relatos de missionários e indígenas, bem como algumas entrevistas com professores e lideranças indígenas. Para além dessas fontes, também foram privilegiados os estudos já realizados sobre questões que envolvem a escolarização na Terra Indígena de Dourados. Como opção metodológica recorro à etno-história como forma de diminuir os limites existentes entre as disciplinas da História e da Antropologia.

Palavras-chaves: Terra Indígena de Dourados. Escolarização Indígena. Missão Caiuá.

3.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E ALGUMAS REFLEXÕES: ESCOLA MBO'ERO ARANDU'I DA ALDEIA JARARÁ MUNICÍPIO DE JUTI-MS - por Marlene Gomes Leite e Levi Marques Pereira

Este trabalho propõe uma breve reflexão sobre a educação escolar indígena como um movimento importante de bricolagem entre práticas e saberes indígenas e não indígenas. A escola se tornou um desafio para as famílias indígenas Kaiowá e Guarani, que buscam o

domínio do processo de “fazer falar o papel”. Pensar a educação escolar é pensar uma instituição originária dos povos não indígenas. Tal instituição foi introduzida desde o início do processo de colonização como um instrumento de dominação ideológica. No período colonial e do império predominou o modelo de ensino jesuítico e de outras ordens católicas, que no período republicano perde espaço para o ensino laico, mas sempre de caráter assimilacionista. O surgimento das organizações indigenistas não governamentais e a formação dos movimentos indigenistas entre as décadas de 60 e 70 marcam o início da terceira fase, que culmina com a promulgação da Constituição de 1988. O governo passa a reconhecer formalmente a sociedade nacional como pluricultural, reconhecendo a organização social, os costumes, as línguas, as crenças, os processos próprios de aprendizagem e as tradições dos povos indígenas. No entanto, na prática prevalecem dificuldades para o funcionamento desse sistema devido inúmeros fatores. Nesse sentido, apresentamos aqui alguns diálogos com os pais e professores da escola municipal indígena Mbo’ero Arandu’i, localizada na aldeia Jarará, município de Juti, MS, extensão da escola municipal Doraci de Freitas Fernandes, localizada no centro da cidade, que giram em torno dos desafios enfrentados pela educação escolar indígena.

Palavras - chave: Educação escolar indígena; Constituição de 1988; Escola Municipal Indígena Mbo’ero Arandu’i.

3.3 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E AS TÁTICAS DE RESISTÊNCIAS: NOTAS PRELIMINARES DO CADERNO DE CAMPO - por Rodrigo Novais de Menezes

Este trabalho tem por objetivo apresentar contribuições teóricas de leituras realizadas sobre Etnologia Indígena e Educação, concomitante, refletir brevemente sobre alguns elementos preliminares advindos da pesquisa de campo, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Antropologia, entre os indígenas, principalmente Kaiowá, (sem desconsiderar os Guarani e Terena) no acampamento localizado no Distrito de Itahum a 70 km da cidade de Dourados/MS. A pesquisa tem o intuito questionar em que medida o modelo de educação pública ocidental ofertada na Escola estadual Antônio Vicente Azambuja, considera e reconhece a diversidade étnica coexistente no cotidiano escolar. Alguns/as alunos/as indígenas são do acampamento indígena Guarani Kaiowá no entorno do distrito de Itahum, outros, residem no pequeno vilarejo que em sua totalidade concentra aproximadamente 4 mil habitantes. A partir da perspectiva da interculturalidade crítica (Tubino, 2005) e da

descolonização epistêmica (Castro-Gomes, 2007) este trabalho busca evidenciar o modelo de educação ocidental, os mecanismos de dominação colonial, entremeados pelo discurso da interculturalidade funcional homogeneizador das diferenças, como também, realçar as táticas de resistência o protagonismo indígena nesse cenário etnográfico.

Palavras-chaves: Etnologia, educação e diversidade.

3.4 MARCO CONCEITUAL, DIVERSIDADE CULTURAL E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL ROSA CRISTINA RIBEIRO (UFMS) - por Rosa Cristina Ribeiro

O presente trabalho aborda a promulgação da Lei 11.645/08 e como deveria abrir novos caminhos para o estudo da cultura indígena quebrando assim alguns paradigmas que persistem desde a época dos colonizadores, mas com a pouca divulgação que obteve não alcançou o seu objetivo e estes velhos paradigmas ainda persistem. Bem como apesar de os artigos 78 e 79 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) garantir a educação indígena independente, esta no início não se deu a contento, pois ela foi criada nos termos da educação não indígena apresentando resquícios da catequização. E como após a promulgação da Lei nº 11.645/08, estabeleceu- se a obrigatoriedade do ensino de culturas indígenas nas disciplinas de História, Literatura e Artes em escolas não indígenas. Essa lei foi criada não apenas para discutir as contribuições dos índios à formação da cultura brasileira, mas também para incentivar a redução dos preconceitos ligados a figura indígena. No decorrer da História da educação, várias foram as tentativas de inserção do índio no cotidiano escolar, mas para grande parte da população o índio não passa de um elemento místico e simbólico. Assim os órgãos oficiais competentes a garantir os direitos indígenas, não devem se exumar de suas responsabilidades. Assim como a diversidade cultural do Estado de Mato Grosso do Sul é fortemente atrelada à cultura indígena e que devemos pensar na cultura indígena de forma igualitária, pois a mesma contribuiu na formação cultural nacional e principalmente na estadual.

Palavras Chave: Promulgação; Lei; cultura indígena; educação indígena; direitos indígenas.

3.5 PERCEPÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE DIFERENÇA/QUESTÕES ÉTNICAS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PORANGATU/GO - por Rozane Alonso Alves e Matheus Lucio dos Reis

Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa intitulado: **Educação étnico racial nos anos iniciais do ensino fundamental: percepções das crianças e dos professores (as) sobre diferença/questões étnicas na escola,** vinculado a Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Porangatu. Este artigo se constitui em: perceber as concepções das crianças de 6 e 7 anos sobre questões étnico racial, ou seja, discutir com as crianças as implicações da Educação Étnico Racial anos iniciais do ensino fundamental. É possível perceber que o reconhecimento étnico e cultural, desde suas discussões políticas, tem procurado estabelecer a inclusão e a integração das populações afro-descendentes e indígenas, através de discursos que abordam a prática docente como pressuposto imprescindível para o processo educacional. No entanto, é interessante problematizar como essas questões identitárias perpassam as crianças que se inserem nos anos iniciais do ensino fundamental, entendendo que este é o espaço onde as identidades étnicas e raciais se encontram com mais freqüência, transitam no mesmo contexto, vivenciam e experienciam juntas situações complexas que envolvem a sociedade. Neste sentido, torna-se relevante perceber como as infâncias são percebidas, por exemplo, pela sociologia da infância. Segundo Sarmento (2007) as culturas infantis podem ser entendidas como a relação de uma interação com o mundo, bem como com os sujeitos deste mundo (crianças, adultos). Pensando na construção desta pesquisa, optou-se pela pesquisa qualitativa de Bogdan e Biklen (1994, p.17). Utilizamos os desenhos também como procedimento para narrar às experiências e representações das crianças frente às relações étnicas raciais no âmbito da educação infantil. Neste sentido, Rangel (2009) aponta que olhar os desenhos, e sua representação no contexto do mundo infantil permite ao pesquisador(a) perceber as relações que as crianças estabelecem enquanto linguagem expressiva que é entendida como uma forma de ler e representar suas relações singulares com o mundo. Os desenhos são possibilidades metodológicas capazes de reconstruir o mundo da criança dando condições ao pesquisador(a) para interpretar os olhares e situações que permeiam os desenhos produzidos.

Palavras-Chave: Identidade; Educação Étnica e Racial; Crianças; Diferença.

3.6 UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE OS USOS E OS SENTIDOS DA LEITURA E DA ESCRITA ENTRE OS WASSU-COCAL - por Jéssika Danielle dos Santos Pereira

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise preliminar dos dados da pesquisa desenvolvida entre os índios Wassu-Cocal da Terra Indígena Wassu-Cocal na Zona da Mata do estado de Alagoas, nordeste brasileiro, junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) à Dissertação de Mestrado “Os usos e os sentidos da leitura e da escrita entre os Wassu-Cocal”. Durante o desenvolvimento da pesquisa de campo entre os meses de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017, foram produzidos os seguintes materiais etnográficos: diários de campo (com anotações diárias e detalhadas das minhas observações), entrevistas semiestruturadas (gravadas e transcritas), reconstituições de histórias de vida e de memória coletiva e registros fotográficos. Procurei observar um grupo heterogêneo de homens e mulheres de diferentes localidades no aldeamento, faixas etárias, situação conjugal, com diferentes graus de instrução, semianalfabetos e analfabetos, lideranças políticas e/ou religiosas, estudantes e professores. Nesse sentido, elegi, inicialmente, locais de pesquisa que, a meu ver, poderiam oferecer maiores possibilidades de observação direta e obtenção de dados etnográficos privilegiados, a saber: escolas indígenas, posto de saúde, pontos comércio, igrejas católicas e evangélicas, grupos familiares e Ouricuri. Com o objetivo de compreender como os próprios sujeitos avaliam e dão sentidos às suas experiências de escolarização e suas relações com a leitura e a escrita.

Palavras-Chaves: Leitura e Escrita. Wassu-Cocal. Índios do Nordeste. Etnologia Indígena.

3.7 O DECRETO DOS ETNOTERRITÓRIOS POVOS DO PANTANAL E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ESCOLA INDÍGENA ANGELINA VICENTE, ALDEIA BREJÃO, T.I. NIOAQUE - por Daniele Lorenço Gonçalves

Objetivou-se, nesta pesquisa, compreender qual o sentido de aprender e ensinar no contexto cultural indígena, da Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Angelina Vicente, localizada na aldeia Brejão no Município de Nioaque, Mato Grosso do Sul, amparado no Decreto 6.861/2009 dos Territórios Etnoeducacionais, etnoterritório Povos do Pantanal. Os procedimentos adotados foram: pesquisa bibliográfica e exploratória, análises documentais

e história oral. Observamos que o modelo educacional que o estado brasileiro ofertou aos povos indígenas visava à integração e homogeneização cultural. A partir da Constituição Federal de 1988, um novo marco se constrói e, através de lutas por direitos humanos e sociais a escola indígena passou a ser (re)desenhada e políticas nessa área foram consolidadas. Desta forma, conclui-se que o Decreto 6.861/2009 dos Territórios Etnoeducacionais estabeleceu uma nova metodologia e racionalidade na gestão da Educação escolar indígena, além de mudanças práticas ocorreram também alterações conceituais que passaram a orientar a relação do estado com os povos indígenas, dessa maneira a escola indígena pode se transformar em um lugar de articulação de informações, práticas pedagógicas e reflexões sobre o passado, presente e futuro do povo Terena, servindo como base para orientar seu lugar no mundo globalizado.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Territórios Etnoeducacionais; Angelina Vicente.

3.8 LINGUAGEM AUDIOVISUAL E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA GUARANI-MBYA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CURRÍCULOS INTERCULTURAIS - por Iulik Lomba de Farias

O trabalho ora apresentado tem por objetivo salientar as contribuições da linguagem audiovisual para a construção de currículos interculturais específicos e bilíngues na Educação Escolar Indígena Guarani-Mbya no estado do RJ, a partir de desdobramentos de oficinas técnicas de cinematografia realizadas no âmbito do Programa de Extensão (PROEXT) “Cultura e Escolarização Guarani-Mbya Rumo Universidade”, coordenado pelo prof Dr Domingos Barros Nobre do IEAR (Instituto de Educação de Angra dos Reis) da Universidade Federal Fluminense (UFF). As oficinas foram ministradas por mim no Colégio Estadual Indígena Guarani Karai Kuery Renda por meio das metodologias da *Pesquisa-Ação Participante* e da *Arte-Educação*, na aldeia Sapukay no município de Angra dos Reis-RJ. O pressuposto no qual nos alicerçamos é o de que o cinema apresenta semânticas não homogêneas, e possibilita alternativas pedagógicas e curriculares imbuídas de significados étnicos às disciplinas já cristalizadas na trajetória da educação convencional. Com isso, seriam possíveis transformações nos Projetos Político Pedagógicos e nos Currículos, decorrentes da maior disseminação de conhecimentos interdisciplinares movidos pela cosmovisão Mbya expressa nos filmes.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Currículos Interculturais; Linguagem Audiovisual; Cultura Guarani-Mbya.

3.9 RELAÇÕES ENTRE A CIRCULARIDADE DAS CRIANÇAS KAIOWÁ NAS TRILHAS DA ALDEIA LARANJEIRA ÑANDERU E TERRITORIALIDADE - por José Paulo Gutierrez e Daniela Saab Nogueira

O texto é fruto de pesquisa de campo realizado no Doutorado em Educação em que se observou como as crianças indígenas Kaiowá da aldeia Laranjeira Ñanderu, Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul, aprendiam a sua cultura tradicional circulando em seu território. Apesar de na aldeia existir um conflito com a questão da terra, as crianças e suas famílias vivem provisoriamente, por força de liminar, dentro da área de reserva legal da fazenda Santo Antonio da Nova Esperança. Quer-se identificar qual a relação das trilhas que as crianças Kaiowá percorrem na aldeia e o significado delas em relação a territorialidade, entendida essa circularidade como espaço próprio de constituição identitária e comunitária do jeito próprio de ser da criança Kaiowá. As crianças Kaiowá circulam na aldeia, em seu território tradicional, e ali recebem uma educação proveniente do convívio com a família extensa a qual pertencem, com os pais, irmãos e em contato contínuo com a natureza. Segundo as crianças Kaiowá nesse território elas vivem em seu *tekoha* – terra que lhes foi retirada na década de 1930/1940 e desta forma mantém viva a sua cultura. O referencial teórico ancora-se em autores das áreas da Antropologia e Educação assim como estudiosos do povo Guarani e Kaiowá, como Brand (1993, 1997), Pereira (2004), Aguilera Urquiza e Nascimento (2009). A pesquisa é qualitativa e a metodologia de cunho etnográfico ampara-se na observação da circularidade das crianças na aldeia em que elas circulam nas trilhas para visitar os parentes, pescar e nadar no córrego *Karajá Arrojo*, pegar remédios na mata e caçar passarinhos. Entender como as crianças Kaiowá exercem a circularidade nas trilhas da aldeia Laranjeira Ñanderu valoriza a territorialidade e manifesta a sua cultura. Discutir as relações da circularidade das crianças Kaiowá nas trilhas da aldeia fortalece a vivência da territorialidade e as torna protagonistas na construção e fortalecimento de suas próprias identidades.

Palavras-Chave: Circularidade; Crianças Kaiowá; Territorialidade; Aldeia Laranjeira Ñanderu.

3.10 PASSOS E PERCALÇOS DO ESTUDO DAS CULTURAS, HISTÓRIAS E SABERES INDÍGENAS EM ESCOLAS NÃO INDÍGENAS DE CAMPO GRANDE-MS - por Nilcieni Maciel e José Henrique Prado

Esta pesquisa parte da necessidade de verificar o cumprimento prático dos aparatos legislativos no que tange ao estudo das histórias, culturas e saberes das diversas etnias indígenas na sala de aula não indígena. Dito isso, os objetivos dessa se direcionam a promover a discussão acerca do percurso histórico da educação indígena no Brasil, conceituando educação escolar indígena e educação indígena, de modo a delinear o panorama dos estudos sobre o universo indígena em escolas não indígenas do ensino básico regular de Campo Grande-MS; apresentar os resultados obtidos por meio da aplicação de questionários nestas últimas; interpretar os dados obtidos com base na legislação; constatar se a escola tem priorizado um ensino pautado na diferença como maneira de combater a discriminação destes povos; suscitar a reflexão acerca dos problemas de não se privilegiar a questão indígena na escola e, discutir percalços e possibilidades que permeiam o ambiente escolar que contempla a diversidade. Para isso, pauto-me em abordagens antropológicas, por meio das quais discuto conceitos como interculturalidade, multiculturalidade, etnocentrismo, alteridade, estereótipo, entre outros que dão estofo à investigação qualitativa e quantitativa, a fim de contribuir com as teorias sobre o intercâmbio entre a sala de aula não indígena e as diversas cosmologias indígenas. Portanto, por meio deste trabalho, apresento algumas conclusões preliminares quanto aos problemas ocasionados pelo distanciamento físico e, principalmente epistemológico, entre a escola não indígena e os povos indígenas de Mato Grosso do Sul, de modo a chamar atenção para a importância de uma educação pautada na desconstrução de paradigmas.

Palavras-chave: Educação, povos indígenas, escola não indígena, diferença.

3.11 DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA, O QUE É ENSINADO EM NOSSAS ESCOLAS? - Por Benedito de Jesus Bogéa Lopes Filho

Este artigo tem como objetivo levantar os resultados da implementação da Lei nº 11.645/2008 onde pretendeu-se analisar os dispositivos legais vigentes voltados para a educação que norteiam a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena, analisando o que é ensinado na rede regular de ensino pública, especialmente nos estabelecimentos escolares de Campo Grande-MS, nos sistemas estadual e municipal, em cujo estado, sabidamente, possui uma expressiva população indígena em contexto urbano, vivendo nas periferias das cidades. A proposta do artigo é analisar se os alunos possuem o conhecimento acerca do tema - História e Cultura Indígena - e se são capazes de compreendê-lo. Buscamos leituras outras a partir do campo teórico dos estudos póscoloniais, apoiados, especialmente, nos conceitos de cultura, diversidade, diferença. De abordagem qualitativa, recorreu-se aos procedimentos de entrevista semi-estruturada. Observou-se na investigação, todavia, é que tentativas de inserção da temática se deparam com a inexistência de profissionais formados para atender a demanda criada pela lei, pois a maioria traz para dentro da sala de aula assuntos relacionadas à questão indígena, mas sem um aprofundamento epistêmico, acabam por reforçar as representações desses povos. Como indicações conclusivas, podemos afirmar que há significativo interesse por parte dos alunos referente à temática indígena e que sentem que a escola poderia mais, haja vista esta questão ser, recorrentemente, trazido à discussão em nosso estado, principalmente quanto à questão da posse da terra. A pesquisa aponta para a necessidade da formação docente para a temática nas IES.

Palavras-Chaves: implementação; conhecimento; História e Cultura Indígena.

3.12 LEI 11.645/2008: CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS NO ENSINO DE ARTE? - Por Nilva Heimbach

O estudo apresenta discussões preliminares da pesquisa em andamento, do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco/ UCDB, inserido na linha de Pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena. O objetivo da investigação é refletir sobre a Lei 11.645/2008 que determina a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no Ensino Fundamental e sua aplicabilidade no ensino da Arte. Questiona como cultura dos povos indígenas é abordada na disciplina de Arte, por

professores não indígenas, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Como metodologia, busca inspirações em intelectuais da América Latina, entre eles, Castro-Gómez (2005), Escobar (2003) e Walsh (2007), para refletir sobre processo de colonização. O texto enfoca conceitos como colonialidade, relações de poder, identidades produzidas com a experiência da colonização e negociações de fronteiras culturais. Assim, discute a interculturalidade como caminho possível ao diálogo. Interroga sobre a aplicação da referida Lei em Mato Grosso do Sul, estado com significativa população autodeclarada de indígenas e com aumento de indígenas urbanos, como a cultura indígena é apresentada no espaço escolar e seus possíveis impactos na construção do imaginário coletivo. Questiona se as propostas desenvolvidas no Ensino Fundamental, no ensino de Arte são abertas ao diálogo e à diferença, a outros saberes, a diversidade étnica ou se a cultura indígena é apresentada de forma genérica, folclórica, menor. Acredita-se que o ambiente escolar é um local privilegiado para discussões de fronteiras culturais e a educação em uma proposta intercultural pode abrir outros caminhos de negociação.

Palavras-chave: Lei 11.645/2008; ensino de Arte; interculturalidade.

3.13 CONTEXTO URBANO: O QUE PENSAM OS ALUNOS INDÍGENAS SOBRE SUA IDENTIDADE - por Eder Gomes Souza e Valéria A. M. O. Calderoni

Pretende-se com este artigo apresentar resultados de uma pesquisa realizada em uma escola pública de educação básica do município de Campo Grande, MS. Objetivou-se analisar e problematizar a existência de possíveis *silenciamentos* de estudantes indígenas em um espaço de educação institucionalizado. Algumas questões intrigavam-me, dentre elas: saber de forma sucinta como esses alunos se sentem dentro de um espaço escolar ocidental, dado o fato de serem eles pertencentes a outras etnias e grupos. O que realmente esses alunos pensam e sentem para buscarem a estratégia da invisibilidade. Adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, recorrendo como procedimento de pesquisa à análise documental, como também a entrevista semiestruturada com alunos matriculados em uma escola pública. Para buscar sustentação teórica, a produção do artigo ancorou-se em autores como: Woodward (2006), Bonin (2008), Brand (2010), entre outros. Como indicações conclusivas, mesmo que temporárias, entendemos que constatar a existência na comunidade escolar de alunos indígenas, nos faz perceber que há – tanto nos documentos oficiais como nas relações – uma invisibilidade dos alunos indígenas.

Palavras-Chave: Índios em contexto urbano, alunos indígenas, silenciamento.

3.14 EDUCAÇÃO E IDENTIDADE CULTURAL: A PRÁTICA NA E.M. SULIVAN SILVESTRE DE OLIVEIRA “TUMUNÉ KALIVONO” CRIANÇA DO FUTURO - por Stephani Gonçalves Guerra

Esse estudo tem por finalidade apresentar uma discussão sobre identidade étnica e prática em educação escolar, baseadas nas prerrogativas da educação intercultural, esta entendida como categoria de análise das ciências sociais, e particularmente como ocorre a experiência dessa prática no cotidiano da Escola Sulivan Silvestre de Oliveira “Tumuné Kalivono” Criança do Futuro, localizada na aldeia urbana Marçal de Souza, município de Campo Grande/MS. A referida escola situa-se no bairro Tiradentes e oferece Ensino Infantil e Fundamental para crianças indígenas e não indígenas das imediações da aldeia e do bairro desde o ano de 2009. A pesquisa referida ocorreu no ano de 2011, quando a escola passou a aplicar uma modificação na sua matriz curricular, no intuito de melhor atender a sua especificidade, incorporando à grade curricular duas disciplinas que antes faziam parte de um projeto oferecido no contraturno por professores indígenas, sendo elas Arte e Cultura e Língua Terena. Para chegar ao objetivo de compreender como a identidade étnica é percebida e trabalhada nesse contexto, fazendo da escola uma experiência diferenciada nesse sentido, foi feita uma incursão no cotidiano da escola, que acompanhou a adequação da escola à nova grade curricular, desde os estudos preliminares com os professores até às atividades que a escola oferece que envolvem a temática. Para isto foram realizadas observações e entrevistas, colhidos depoimentos e feita análise documental que baseasse a discussão que se pretendeu, e dessa forma, demonstrar a importância da identidade cultural e sua aplicação em práticas educacionais em um mundo cada vez mais plural e dinâmico. Sendo assim, foi lançado o gérmen para compreender os lugares da identidade e diferença construídos em terreno institucional pelas pessoas desta comunidade da Escola Sulivan, que é entendida como um espaço privilegiado para a discussão sobre educação intercultural.

Palavras-chave: Educação intercultural; Identidade étnica; Identidade e currículo escolar; Estudo de caso**.**

3.15 PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES (AS) SOBRE DIFERENÇA/QUESTÕES ÉTNICAS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PORANGATU/GO - por Jonatha Daniel dos Santos, Rozane Alonso Alves e Wendia Monteiro dos Santos

A proposta deste trabalho é discutir as percepções dos professores e professoras atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola municipal em Porangatu-GO, sobre as questões étnicas e raciais no âmbito da educação básica, buscando: observar as concepções dos educadores(as) frente a diferença na escola e; compreender como atuam com a diferença em suas práticas pedagógicas. Diante disto, buscamos como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa de Bogdan e Biklen (1994, p.17), uma vez que para os autores essa modalidade de pesquisa permite ao o investigador frequentar “os locais em que naturalmente se verificam os fenômenos nos quais está interessado, incidindo os dados recolhidos nos comportamentos naturais das pessoas”. Utilizamos ainda, as entrevistas narrativas ressignificadas de Andrade (2012) como possibilidade para o falar dos educadores e educadoras participantes. As observações no contexto escolar também se constituem como mecanismos de produção de dados. Estamos observando assim como Silva (2016, p.2), que o processo de ensino nos âmbitos escolares passou a educar os estudantes brasileiros de “diferentes origens étnico-raciais, particularmente descendentes de africanos e de europeus, com nítidas desvantagens para os primeiros”. Seguindo estes preceitos, educadores e educadoras buscam paralelamente alternativas que possibilite a realização de discussões em torno da educação étnico-racial nos espaços escolares. Tais alternativas, segundo Piza & Rosemberg (2003) representa a reinterpretação dos sujeitos na troca entre o olhar de si e o olhar do outro em relação ao reconhecimento da identidade racial. O primeiro obstáculo encontrado pelo educador e pela educadora no âmbito escolar é o permanente contato do estudante com discriminações sociais no ambiente familiar. A partir deste preceito, Maciel (2004) ratifica a necessidade do docente em compreender que a formação de seus educandos implica novas formas de intervenção, tendo em vista novas práticas educativas. Neste sentido, Fleuri (2016) evidencia que o processo de ensino e aprendizagem constrói diferentes formas de auxiliar o estudante em seu processo de construção da identidade. Tais formas caracterizam elementos contundentes nas relações construídas por ele ao longo desta formação.

Palavras-Chave: Prática Docente; Identidade/Diferença; Educação Étnica Racial.

3.16 A IDENTIDADE DO ÍNDIO EM CONTEXTO URBANO: UM ESTUDO SOBRE O POVO TERENA NA ALDEIA MARÇAL DE SOUZA - por Leandro Pileggi Engenhari

O estado de Mato Grosso do Sul vive hoje uma condição de ambivalência, possuidor da segunda maior população indígena do país e a maior iniquidade da nação. Frente a esta situação não foi por acaso que a capital Campo Grande foi a primeira cidade do Brasil a instituir uma aldeia urbana, o conjunto residencial Marçal de Souza. Hoje, passado mais de vinte anos do inicio do assentamento indígena na capital, muitas questões referentes a esta população precisam ser indagadas: quem é o indígena residente na Marçal de Sousa; como foi o transito de contexto do campo para a cidade; a proximidade com a sociedade nacional impediu o seu modo de vida. O presente trabalho versa sobre estas e outras questões envolvendo o povo Terena e a aldeia urbana Marçal de Souza. Foram realizadas visitas e uma entrevista orientada pelo referencial teórico da historia de vida que ajudaram a compreender esta população que pode ser descrita como guerreira de berço. O povo Terena já nasce lutando contra todas as adversidades, na capital, sua principal luta é contra o modo de vida do homem branco, suas regras, suas instituições e todos os imperativos que regem a sociedade nacional, e mesmo passado vinte anos do êxodo para a cidade ainda carregam aquilo que os torna diferentes, conservam o que os define como indígenas.

Palavras Chave: Terena; Identidade; História de Vida.

3.17 COMO OS POVOS INDÍGENAS SÃO REPRESENTADOS PELA MÍDIA EM MATO GROSSO DO SUL - por Maila Indiara Nascimento e Valéria A. M. O. Calderoni

Com este artigo objetiva-se problematizar como os discursos midiáticos nos informam e formam sobre a imagem dos povos indígenas. Trata-se de um estudo refletido a partir da análise de duas reportagens onde são apresentados os conflitos de terra entre índios e fazendeiros no sul do Mato Grosso do Sul, mais precisamente na cidade de Antônio João, no ano de 2015. Analisamos como é criada e transmitida a imagem dos povos indígenas.Ressaltamos a importância de revermos os discursos contidos nas reportagens analisadas, pois ao passar os conhecimentos sobre os povos indígenas, a abordagem dada faz com que o imaginário coletivo crie um conceito equivocado sobre os processos coloniais vividos por estes povos. Problematizamos também como estes povos são descritos, evidenciando as ideias errôneas formuladas a respeito da identidade indígena, a partir do

pensamento colonial. Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa e, para alcançar tal propósito, recorremos aos procedimentos de revisão bibliográfica e analise documental. Trata-se de uma reflexão inspirada nos teóricos pós-coloniais, ancoramos em autores como: Aguilera Urquiza (2013) e Costa (2003). As conclusões provisórias indicam que os discursos midiáticos acabam induzindo a população de modo geral a ter representações e estereótipos errôneos sobre os povos indígenas. São também perceptíveis as relações de poder presentes nas imagens dos povos indígenas transmitidas pela mídia eletrônica. Assim, podemos afirmar que mesmo no mundo contemporâneo, a sociedade ainda carrega um discurso e um olhar colonialista a respeito desses povos.

Palavras Chave: povos indígenas, mídia eletrônica, discurso colonialista.

3.18 A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DIFERENCIADA INDÍGENA NOS CURSOS REGULARES DE ENSINO SUPERIOR NO MATO GROSSO DO SUL - por Daniela Saab Nogueira e José Paulo Gutierrez

Neste artigo é proposta uma discussão acerca da implementação do acesso e permanência do índio no ensino superior de acordo o Decreto nº 5051/2004 que regulamentou a Convenção nº 169 da OIT. O direito à educação diferenciada consiste em uma maneira específica de construção do ensino, com a garantia da transmissão do saber de forma intercultural, bilíngue/multilíngue e pautada no respeito às decisões da comunidade. Utiliza-se a pesquisa bibliográfica, para apresentar os principais desafios acerca desse direito à educação e desmistificar as possíveis soluções encontradas para efetivação dos direitos fundamentais desses povos tradicionais no Estado de Mato Grosso do Sul que concentra 56% da população indígena da Região Centro-Oeste e é o segundo maior do país em número de indígenas. Concluímos que para compreender as diferentes culturas dos índios que acessam ao ensino superior é mister estabelecer medidas eficazes que contribuam para valorizar os diferentes saberes e solidificar os vínculos de cidadania a fim de que recebam uma educação de qualidade e em igualdade de condições.

Palavras-Chave: Educação diferenciada; Ensino superior; índios de Mato Grosso do Sul.

3.19 AS EXPERIENCIAS DE EGRESSAS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR ESUAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO - por Maurício José dos Santos Silva, Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo e Eugenia Portela de Siqueira Marques

Esta pesquisa objetiva apontar os desafios encontrados na formação de professores, relatandoas experiências de acadêmicas indígenas de Dourados – MS, buscando conhecer suas trajetórias escolares e acadêmicas, o ingresso e suas experiências na graduação, além de suas percepções como egressas. Apoiando-nos no que regulamentam as Leis Federais Nº 10.639/03 e 11.645/08, que trazem a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todo o sistema de ensino do país, o quedeveria refletir nas universidades, local de formação dos professores que terão tal obrigação. Será utilizada

como metodologia a pesquisa bibliográfica, documental e a entrevista semiestruturada com abordagem qualitativa, utilizando para análise dos dados a teoria pós-colonial no sentido de desvendar as relações de colonialidade que ainda existem no ambiente universitário.Acredita-se que a presença de disciplinas com a temática racial nos currículos dos cursos de graduação nas universidades públicas poderão contribuir na formação de profissionais com posturas inclusivas frente a diversidade étnico-racial presente no contexto brasileiro, mas que ainda se encontra aquém dos resultados esperados.As acadêmicas entrevistadas apontaram dificuldades encontradas ao ingressar na educação superior, visto que estas foram as primeiras ações afirmativas nesse sentido, Apontaram tambémdificuldadescom a língua portuguesa e a linguagem acadêmica, além do preconceito e desconfiança de docentes quanto à sua competência e seus conhecimentos para o desenvolvimento de atividades ligadas à prática docente, sendo necessário que as acadêmicas utilizassem algumas estratégias desenvolvidas, de forma individual ou coletiva, para permanecerem na universidade e concluírem seus cursos de graduação com êxito e assim poder desempenhar suas atividades como egressas.

Palavras - chave: Educação Superior; Relações Étnico-Raciais; Indígenas; Formação de professor; Ação afirmativa.

3.20 A TEMÁTICA INDIGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UM DOS LIVROS RECOMENDADO PARA O ENSINO MÉDIO - por Lucinéia de Souza e Micilene Teodoro Ventura

Esse artigo apresenta uma análise dos conteúdos ensinados acerca da temática indígena no livro didático de história do Ensino Médio da Escola Pública Regular, avaliados e recomendados pelo Ministério da Educação, ofertados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) referente a 2015, conforme determina a Lei 11.645/2008. O objetivo é compreender como os povos indígenas vêm sendo tratados no livro didático de história do Ensino Médio. A metodologia de natureza qualitativa, além da revisão bibliográfica, analisou o livro didático História Global - Brasil e Geral do autor Gilberto Cotrim, 2ª edição da Editora Saraiva, 2013, adotado pela Escola Estadual Deputado Carlos Souza Medeiros, do município de Anastácio, Mato Grosso do Sul, para o triênio de 2015-2016 e 2017.Conclui-se que, apesar dos avanços, os livros didáticos ainda conservam um tipo de historiografia tradicional acerca dos povos indígenas, preconiza a superioridade do colonizador contribuindo diretamente para a perpetuação do preconceito ao construir uma imagem fragilizada, omitindo sua contribuição

social, econômica e cultural a toda nossa sociedade. Essa pesquisa torna-se relevante para conduzir trabalhos mais específicos quanto a importância de se tratar o tema nos livros didáticos de forma mais condizente com a realidade.

Palavras-chave: Povos indígenas. Livro Didático de História. Ensino Médio.

3.21 ARTE EDUCAÇÃO VALORIZANDO A CULTURA LOCAL: ideias de novas abordagens no ensino de arte na Terra Indígena Buriti - por Amanda Vieira Sandim

dimbidu@gmail.com

No presente trabalho pretendo problematizar sobre a experiência que vivenciei na pesquisa de campo em agosto de 2014, onde o interesse do estudo está voltado para o ensino de arte na Escola Polo Municipal Indígena Cacique Ndeti Reginaldo, situada dentro da Terra Indígena Buriti (TIB). Acompanhei algumas aulas da professora de Arte Edimara que na época era acadêmica do 5º semestre de Letras na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) onde fiz algumas observações que me trouxeram ideias para a criação de planos de aula, contribuindo para a valorização dos conhecimentos e cultura local. Antes de tecer minhas impressões sobre o ensino de arte na escola indígena preciso voltar na história e conhecer um pouco sobre o povo Terena e a formação da TI Buriti onde dialogo com alguns autores: AZANHA, BITTECOURT; LADEIRA, MELIÁ, LE GOFF, ROUSSO, entre outros.

Palavras- chave: Arte Educação, Escola Indígena, Terra Indígena Buriti, Terena.

3.22 FRONTEIRAS ETNOCULTURAIS: AS TERRITORIALIDADES DO ENSINO DEEDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DOS SABERES TRADICIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO DO PANTANAL SUL - por Edson Pereira de Souza e Icléia Albuquerque de Vargas

edson.souza1984@gmail.com
Icleiavargas12@gmail.com

Quando os europeus chegaram ao ‘Novo Mundo’, encontraram grande diversidade de povos e culturas. Esses autóctones da América foram denominados “índios”, pois os navegantes acreditavam ter chegado às Índias Orientais, no Sudeste Asiático. Iniciaram-se as

‘colonizações’. Apropriaram-se dos territórios indígenas; geraram conflitos; proporcionaram um extermínio de algumas populações e até culturas inteiras. Segundo Souza (2012), a fronteira etnocultural emana dos contatos, nas relações e embates entre grupos culturalmente distintos, transcendendo os limites territoriais. Sendo assim, este artigo tem por objetivo analisar as territorialidades no ensino de educação ambiental a partir dos saberes tradicionais dos povos indígenas da região do Pantanal Sul, bem como analisar como se dão as trocas de saberes nessas fronteiras etnoculturais. Metodologicamente, parte-se de uma pesquisa qualitativa (CHIZZOTTI, 2008), a partir de reflexões teóricas e práticas de ensino em educação ambiental desenvolvidas nas escolas indígenas, verificando, desta forma, as territorialidades existentes neste espaço geográfico. Delimitou-se como *loci* de pesquisa a Escola Evangélica Lourenço Buckman e a Escola Municipal Indígena Ejiwajegi. Aquela, situada no Distrito de Taunay, pertencente ao município de Aquidauana (MS), é uma das poucas que recebem diferentes etnias no mesmo território educacional: Xavante (oriundo de Mato Grosso), Kadiwéu (oriundo de Porto Murtinho/MS) e, predominantemente, Terena. Esta, situada na Reserva Indígena Alves de Barros, município de Porto Murtinho-MS, é a única escola da região e somente recebe alunos da etnia Kadiwéu. Nestas, percebeu-se que os professores indígenas demonstraram relevante interesse em compreender a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas de ensino voltadas para Educação Ambiental. Por fim, a fronteira etnocultural pôde ser comprovada pela especial interação entre professores(as) e alunos(as) indígenas e não indígenas destas localidades.

Palavras chave: Fronteira Etnocultural; Territorialidade; Povos Indígenas; Saberes Tradicionais; Pantanal Sul.

3.23 ARTE E GRAFISMO KADIWÉU NAS AULAS DE ARTES VISUAIS: Possibilidades de sensibilizar e criar - Por Natália de Assis Dias e Miguel Ângelo Corrêa

nataliaasdi@gmail.com
miguelangelocorrea@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo analisar uma experiência educativa em uma escola municipal de tempo integral do município de Campo Grande - MS. Utilizou-se a metodologia com abordagem qualitativa que destaca as formas de manifestação e os processos do cotidiano do fato investigado conforme descrito por Minayo (2010). O primeiro passo foi discutir a visão geral do índio pela sociedade brasileira e o contato interétnico. Em seguida, uma análise da cultura como bem imaterial e cultura escolar dos temas indígenas. Já a

terceira etapa foi a de reflexões sobre a representação dos povos indígenas de maneira estereotipada. O próximo passo foram as reflexões sobre a Lei nº 11.645 de 2008 e sua importância. Após um breve apontamento sobre Mato Grosso do Sul e a etnia Kadiwéu e a Escola como espaço formador e, por fim, o relato de experiência "Arte e grafismo Kadiwéu nas aulas de artes visuais: possibilidades de sensibilizar e criar". Os resultados da pesquisa indicam que é admissível acreditar na formação dos docentes e na escola como ferramentas de transformação social, recontando a história dos povos indígenas.

Palavras-chave: ensino da arte; cultura dos povos indígenas; grafismo Kadiwéu.

3.24 A APROPRIAÇÃO DO CINEMA E DAS NOVAS TECNOLOGIAS PELOS POVOS INDÍGENAS EM PROL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: ALGUMAS APROXIMAÇÕES - Por Nataly Guimarães Foscaches

natalygfoscaches@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo promover uma reflexão sobre como a apropriação do cinema e das novas tecnologias pelas sociedades indígenas pode favorecer a construção e fortalecer a educação escolar indígena, a partir do estudo dos primeiros passos dos realizadores indígenas sul-mato-grossenses em favor do empoderamento dos Kaiowá e Guarani das Terras Indígenas Guyraroká, Panambizinho e Te´Yikue por meio do cinema e das novas tecnologias e da analise da autoimagem destes grupos étnicos em suas produções audiovisuais. A metodologia utilizada consiste na produção etnográfica e em minha participação na produção do documentário "*Jepea'yta*- A lenha principal" junto a Associação Cultural dos Realizadores Indígenas (ASCURI). Posteriormente, os dados recopilados em campo foram utilizados para contextualizar e interpretar os filmes produzidos pelos realizadores indígenas a partir das teorias antropológicas. Durante o trabalho etnográfico, os realizadores indígenas demostraram que a incorporação de ferramentas elaboradas em outros contextos culturais pelas sociedades Kaiowá e Guarani está associada às novas funções desempenhadas pelos jovens indígenas. Frente a um mundo em constante transformação, cabe à juventude autóctone adquirir conhecimentos oriundos de contextos culturais distintos: indígena e não-indígena, com a finalidade de elaborar estratégias para traduzir sua cultura e resistir aos ataques da elite rural. O resultado desta pesquisa demostra que o cinema Kaiowá e Guarani e os demais produtos informativos elaborados pelos realizadores indígenas possibilitam novas vias de aceso a sua sabedoria ancestral, ao mesmo tempo em que criticam o modelo ocidental de representação, provocam o abandono

dos valores coloniais e etnocêntricos, promovem a reafirmação de sua identidade por meio da evocação do seu capital étnico e instigam a recuperação de suas praticas culturais mediante o fortalecimento dos vínculos intergeracionais.

Palavras-chave: Kaiowá Guarani; Empoderamento; Cinema; Novas Tecnologias; Educação escolar indígena.

3.25 O PAPEL DO PROFESSOR TERENA E SUA PEDAGOGIA INDÍGENA NA FORMAÇÃO SOCIO-CULTURAL DOS ALUNOS - Por Ana Carolina Bezerra dos Santos

Este trabalho tem como objetivo, apresentar uma pesquisa ainda em fase de construção que será realizado com os professores indígenas das escolas da aldeia Recanto localizada no município de Dois Irmãos do Buriti/MS e da aldeia indígena urbanaTereré no município de Sidrolândia/MS, ambas da etnia Terena. A pesquisa pretende investigar o processo de ensino/aprendizagem dos alunos Terenas e como a pedagogia indígena contribui para a formação sociocultural e política desses alunos, pois o espaço escolar tem um papel fundamental na formação social do aluno, tornando-os pessoas mais críticas e, pensando no contexto étnico social em que vivem os povos indígenas no Brasil, a escola também tem um importante papel político na efetivação de direitos e na manutenção dos horizontes culturais que cada grupo pretende para si.

Palavras-chave: Educação, Educação escolar indígena, pedagogia indígena.

3.26 A TEMÁTICA INDÍGENA EM SALA DE AULA - Por Jair Bezerra dos Santos

riajbto@gmail.com

O presente artigo busca a análise sobre a temática indígena em sala de aula discutindo a história do índio e seu processo de socialização, indicando formas de métodos metodológicos, visando contribuir para o processo histórico, práticas, bem como no pedagógico, relacionando e sugerindo as experiências e contribuições dos profissionais de educação em séries iniciais sobre a temática indígena. Diante da atual educação Sul-mato-grossense carece de sondagem a perspectiva histórica dos índios e suas dificuldades ao ter acesso à escola bem como investigar como a questão indígena é retratada em classe, seja como fonte oral ou nos livros didáticos, uma vez que possibilita aos educadores a

contextualizar a temática buscando fontes seguras mesmo que as unidades escolares não possuam recursos didáticos sofisticados. Oferecendo novas propostas para os educandos.

Palavras Chave: Indígena, História, metodologias.

3.27 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES GUARANI E KAIOWÁ EM MATO GROSSO DO SUL: primeiros mapeamentos - Por Aurieler Jaime de Abreu e Carlos Magno Naglis Vieira

O artigo resulta das primeiras aproximações da pesquisa “A relação entre a formação de professores, os projetos políticos pedagógicos e a organização curricular em escolas indígenas Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul” aprovado no edital EDUCA/FUNDECT. Considerando a ausência de dados oficiais sobre o professorindígena no Mato Grosso do Sul, o trabalho realizou um mapeamento da formação inicial e continuada dos professores indígenas Guarani e Kaiowá das Terra Indígenas de Taquapery/município de Coronel Sapucaia e Guaimbé e Rancho Jacaré/município de Laguna Caarapã. Para o mapeamento foi encaminhado as escolas indígenas desses municípios um questionário para os professores. Buscando uma maior compreensão acerca dos dados levantados se fez necessário uma fundamentação teórica com base nos estudos da Antropologia, da História e da Pedagogia, sendo utilizado como leitura as dissertações de intelectuais indígenas Guarani e Kaiowá, documentos da legislação específica nacional e estadual para a Educação Escolar Indígena e materiais produzidos por autores como Adir Casaro Nascimento e Antônio Hilário Aguilera Urquiza. O trabalho, em construção, procura contribuir não somente para os estudos da Educação Escolar Indígena, mas, sobretudo as comunidades Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul para auxiliar a construção de uma escola indígena diferenciada, específica, comunitária, bilíngue e intercultural.

Palavras-chave: Guarani e Kaiowá; Professores Indígenas, Formação Inicial e Continuada; Terras Indígenas.

APRESENTAÇÃO ORAL

3.28 CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA NO PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO DA LÍNGUA TERENA NA ALDEIA ALDEINHA, EM ANASTÁCIO, MATO GROSSO DO SUL - Por Evelin Hereke

evelinhekere@gmail.com

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar as contribuições da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva na revitalização da língua Terena na Aldeia Aldeinha buscando entender as causas do desuso da língua Terena nessa aldeia localizada no município de Anastácio, Mato Grosso do Sul (MS). Os procedimentos metodológicos utilizados para produção dos dados da pesquisa se baseiamna pesquisa qualitativa, a partir da autoetnografica, História Oral, Diário de Campo, análise documental e revisão bibliográfica, recorrendo à vivência da autora como membro da comunidade pesquisada, inclusive como professora, além de entrevistas com os mestres tradicionais da aldeia e outros moradores da comunidade, além de alunas e alunos da escola. Os resultados da pesquisamostram que os desafios são muitos, pois mesmo a comunidade reconhecendo na escola um local que pode contribuir com a revitalização da língua Terena, os próprios professores da Língua Indígena Terena na escola da aldeia têm relatado que passam por grandes dificuldades, como material pedagógico, pelo fato da escola atender alunos indígenas e não indígenas, além da pressão pelo fato de que o componente curricular Língua Terena pode resultar na retenção dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Revitalização, Língua Terena, Aldeia Aldeinha.

3.29 O GRAFISMO INDÍGENA NAS AULAS DE ARTE: experiências com a arte Kadiwéu no ensino fundamental - Por Maicon Moreno da Costa e Miguel Angelo Corrêa

ciriusblek@hotmail.com
miguelangelocorrea@gmail.com

Esta comunicação faz uma análise da importância dos grafismos indígenas nas aulas de arte e apresenta sugestões de como aplicá-los. Buscou-se relacionar os conceitos estéticos e sociais das artes indígenas com o conteúdo programático oficial do ensino fundamental na escola pública, de forma a encontrar meios e propor soluções de como ele pode contribuir

no enriquecimento e desenvolvimento dos alunos nas atividades artísticas. Aborda-se um breve relato da história da cultura e da pintura Kadiwéu, tendo o empenho de valorizar a arte deste povo, desde a utilização das pinturas corporais, até a utilização nas peças em cerâmica, para compreender que o grafismo tem como característica desenhos geométricos que são usados em diferentes contextos, com múltiplos significados em sua cultura. O trabalho buscou uma reflexão e compreensão da realidade imposta pelas observações dos diferentes olhares ao campo da prática de ensino da arte na educação brasileira, que vem se caracterizando como uma área ampla de conhecimento que abrange os aspectos mais expressivos das questões culturais e artísticas da nossa realidade. Acredita-se que estas características e o relato das experiências realizadas em sala poderão oferecer subsídios para incrementar e enriquecer o debate sobre o conteúdo ministrado nas aulas.

PALAVRAS - CHAVE: artes visuais; ensino de arte; grafismo indígena; kadiwéu.

3.30 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA OS KADIWÉU EM PORTO MURTINHO (MS): SUBSÍDIOS PARA FRONTEIRA ETNOCULTURAL - Por LoivoKnapp de Almeida e Edson Pereira de Souza

loivogaucho@gmail.com
edson.souza1984bruma@gmail.com

Esta pesquisa é resultado das discussões teóricas na disciplina Estudos Fronteiriços, oferecida no curso de Geografia Bacharelado na UFMS, que promoveram reflexões sobre os distintos conceitos sobre fronteira. Propõe-se trabalhar com a possibilidade de identificar elementos para consubstanciar o conceito de Fronteira Etnocultural, o qual emerge do contato e da interação (SOUZA, 2012). Assim, a disciplina objetivou promover aos professores indígenas, da Escola Municipal Ejiwajegi, na Reserva Kadiwéu, uma capacitação pedagógica em educação ambiental e em técnicas aplicadas às geotecnologias. Além de vivenciar os saberes tradicionais por meio de fatores marcantes nessa fronteira etnocultural, a partir das territorialidades presentes no espaço. Destaca-se que a Reserva Indígena Alves de Barros da etnia Kadiwéu, está isolada em meio a Serra de Bodoquena, na divisa entre os municípios de Bodoquena-MS e Porto Murtinho-MS. Metodologicamente, estabeleceu-se o contato com os Kadiwéu, cercado de protocolos, por exemplo: a solicitação e permissão do Cacique Joel e das lideranças indígenas da escola para desenvolver as atividades pedagógicas, pois, conforme Martins (2009) encontrávamos no território do outro. Aplicou-se a capacitação pedagógica aos professores sobre educação ambiental e uso das geotecnologias na análise ambiental e gestão territorial. Para tanto, confeccionou-se, em *powerpoint*, ilustrações com exemplos de aplicações básicas em softwares gratuitos como: Google Earth e o QGIS. Durante o campo, foram anotadas as observações em caderneta de campo e realizados registros fotográficos.Por fim, perceberam-se, nesse território indígena, os paradigmas culturais impressos nas premissas da Educação Ambiental (agronegócio evegetação nativa), onde se substancia o conceito desta fronteira etnocultural que é marcada pelas diferenças identificadas no outro (SOUZA, 2012). Os resultados obtidos foram significativos, embora a comunidade não disponha de meios para melhorar sua infraestrutura, por exemplo: laboratório de informática. Percebeu-se em Souza (2012) que houve troca de conhecimentos e entusiasmo entre as partes, quanto ao aprender e cooperar sobre os saberes tradicionais voltados para a educação ambiental nessa fronteira que, por sua vez, separa, mas também integra.

Palavras - chave: Educação Ambiental; Kadiwéu; Porto Murtinho; Fronteira Etnocultural.

3.31 A TERRITORIALIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM LINGUAGENS PARA POVOS INDÍGENAS DE AQUIDAUANA (MS), REGIÃO DO PANTANAL SUL: EMBASAMENTO PARA FRONTEIRA ETNOCULTURAL - Por Bruna Mariane Gomes de Camargo e Edson Pereira de Souza

camargo.bruma@gmail.com
edson.souza1984bruma@gmail.com

Consoante Souza (2012) a fronteira etnocultural emana dos contatos, nas relações e embates entre grupos culturalmente distintos, transcendendo os limites territoriais. Desse modo, com base na disciplina de Estudos Fronteiriços, ministrada no curso de Geografia Bacharelado da UFMS, delimitou-se como*locus*de pesquisa a Escola Evangélica Lourenço Buckman. Esta, liderada por irmãs indígenas Terena, situada no Distrito de Taunay, pertencente ao município de Aquidauana (MS), na região do Pantanal Sul,recebe diversas etnias no mesmo território educacional: Xavante (oriundo de Mato Grosso), Kadiwéu (oriundo de Porto Murtinho/MS) e, predominantemente, Terena. Destaca-se que a pesquisa objetivoucompartilhar e construir alternativas para a inserção da Educação Ambiental como tema transversal na área de Linguagens,embasando a existência do conceito de Fronteira Etnocultural. Para tanto, metodologicamente, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa (CHIZZOTTI, 2008), cujo subsídio teórico parte dos autores Souza (2012); Ferreira (2013); Nunes e Silva (2011); Raffestin (1993). Ademais, durante a pesquisa de campo, desenvolveram-se técnicas de observação sistemática da realidade local cujosinstrumentos de registro foram caderneta de campo e máquina fotográfica. Aplicaram-se técnicas pedagógicas de ensino voltadas para a Educação Ambiental, partindo de territorialidades dos saberes tradicionais (pré)existentes. Nesse processo, constatou-se que os professores indígenas demonstraram relevante interesse em compreender a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas em linguagens voltadas para Educação Ambiental. Por fim, a fronteira etnocultural pôde ser comprovada tanto pela interação entre professores e alunos indígenas e não indígenas, quantopelo diálogo entre as distintas etnias presentes em uma mesma sala de aula. Afinal, muitos alunos conservaram características etnoculturais, como corte de cabelo, vestimenta e linguagem ao manterem a troca de saberes tradicionais entre si.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Povos Indígenas. Linguagens. Temas Transversais. Saberes Tradicionais.

3.32 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA OS TERENA NO DISTRITO DE TAUNAY, EM AQUIDAUANA (MS), REGIÃO DO PANTANAL SUL: SUBSÍDIOS PARA FRONTEIRA ETNOCULTURAL - Por LoivoKnapp de Almeida e Edson Pereira de Souza

loivogaucho@gmail.com
edson.souza1984@gmail.com

A presente pesquisa resultou dos diálogos durante a disciplina Estudos Fronteiriços. Nela, buscou-se a possibilidade de identificar elementos para embasar o entendimento sobre Fronteira Etnocultural, emergente da integração e contato (SOUZA, 2012). Ademais, objetivou-se levar aos professores indígenas, da Escola Evangélica Lourenço Buckmam, no Distrito de Taunay – Aquidauana (MS), Pantanal Sul –,uma capacitação pedagógica em educação ambiental para vivenciar os saberes tradicionais a partir de singularidades nessa fronteira etnocultural, a partir das territorialidades presentes nesse espaço geográfico, usando técnicas e ferramentas em geotecnologias para aplicações em sala de aula com os(as) alunos(as). Metodologicamente, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa (CHIZZOTTI, 2008), na qual se estabeleceu o contato com as lideranças da escola para desenvolver as atividades pedagógicas, pois, conforme Martins (2009) encontrava-se no território do outro.Desenvolveu-se uma capacitação pedagógica aos professores sobre Educação Ambiental e o uso das geotecnologias na análise ambiental e gestão territorial. Para tanto, confeccionaram-se em *powerpoint*, ilustrações com exemplos de aplicações básicas em softwares gratuitos como: Google Earth e QGIS. Durante o campo, foram anotadas as observações em caderneta de campo e realizados registros fotográficos.Destaca-se que o Distrito de Taunay possui uma infraestrutura básica como agência dos correios, escola municipal, estratégia da saúde familiar, associação de moradores indígenas e não indígenas e a Escola Evangélica Lourenço Buckmam.Estarealiza um trabalho humanitário, pois acolhe indígenas de outras etnias (Xavante e Kadiwéu)na comunidade, fornecendo alojamento, alimentação e formação escolar regular, mantendo, sobretudo, um trabalho de reprodução e manutenção das suas características culturais. Nota-se, por fim, a presença a necessidade de mais intervenções do poder público na melhoria das condições de vida da população.

Palavras - chave: Educação Ambiental; Teren; Distrito de Taunay; Pantanal Sul; Fronteira Etnocultural.

3.33 A TERRITORIALIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM LINGUAGENS PARA POVOS INDÍGENAS DE PORTO MURTINHO (MS), REGIÃO DO PANTANAL SUL: EMBASAMENTO PARA FRONTEIRA ETNOCULTURAL - Por Bruna Mariane Gomes de Camargo e Edson Pereira de Souza

camargo.bruma@gmail.com
edson.souza1984bruma@gmail.com

A territorialidade está expressa a partir das estratégias de ensino aplicadas à temática Educação Ambiental a partir da interação entre as diretrizes estabelecidas pelo PCN (1998) e pelos saberes tradicionais, desdobrando-se em integração. Esta, consoante Souza (2012),vincula-se à fronteira etnocultural que emana dos contatos, nas relações e embates entre grupos culturalmente distintos, transcendendo limites territoriais. Desse modo, com base na disciplina de Estudos Fronteiriços, ministrada no curso de Geografia Bacharelado da UFMS, delimitou-se como*locus*de pesquisa a Escola Municipal Indígena Ejiwajegi.Esta, situa-sena Reserva Indígena Alves de Barros – município de Porto Murtinho-MS, Pantanal Sul – éa única escola da região e somente recebe alunos da etnia Kadiwéu. Nesse aspecto, esta pesquisa objetivoucompartilhar e construir alternativas para a inserção da Educação Ambiental como tema transversal na área de Linguagens,embasando a existência do conceito de Fronteira Etnocultural. Para tanto, metodologicamente, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa (CHIZZOTTI, 2008), cujo subsídio teórico parte dos autores Souza (2012); Ferreira (2013); Nunes e Silva (2011); Raffestin (1993). Ademais, durante a pesquisa de campo, desenvolveram-se técnicas de observação sistemática da realidade local, cujosinstrumentos de registro foram caderneta de campo e máquina fotográfica. Aplicaram-se técnicas pedagógicas, partindo de territorialidades dos saberes tradicionais (pré)existentes. Nesse processo, constatou-se que os professores indígenas demonstraram relevante interesse em compreender a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas em linguagens voltadas para Educação Ambiental. Além disso, observou-se que os professores indígenas Kadiwéu são predominantemente do gênero masculino, algo incomum nos campos da licenciatura. Por fim, comprovou-se a existência da fronteira etnocultural pelo contato entre professores indígenas e não-indígenas que, inicialmente, revelaram certa estranheza (MARTINS, 2009), frente ao diálogo sobrepráticasde ensino abordadas.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Povos Indígenas; Linguagens; Temas Transversais; Saberes Tradicionais.

3.34 O ENSINO DEEDUCAÇÃO AMBIENTAL EM LINGUAGENS A PARTIR DOS SABERES TRADICIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO DO PANTANAL SUL: FRONTEIRAS ETNOCULTURAIS - Por Bruna Mariane Gomes de Camargo e Edson Pereira de Souza

camargo.bruma@gmail.com
edson.souza1984bruma@gmail.com

Consoante Souza (2012) a fronteira etnocultural emana dos contatos, nas relações e embates entre grupos culturalmente distintos, transcendendo os limites territoriais. Desse modo, com base na disciplina de Estudos Fronteiriços, ministrada no curso de Geografia da UFMS, delimitou-se como*loci*de pesquisa a Escola Evangélica Lourenço Buckman e a Escola Municipal Indígena Ejiwajegi. Aquela, liderada por irmãs indígenas Terena, situada no Distrito de Taunay, pertencente ao município de Aquidauana (MS), na região do Pantanal Sul,é uma das poucas que recebem diferentes etnias no mesmo território educacional: Xavante (oriundo de Mato Grosso), Kadiwéu (oriundo de Porto Murtinho/MS) e, predominantemente, Terena.Esta, situada na Reserva Indígena Alves de Barros, pertencente ao município de Porto Murtinho-MS, na região do Pantanal Sul, é a única escola da região e somente recebe alunos da etnia Kadiwéu. Dessarte, esta pesquisa objetivoucomparar a construção das alternativas para a inserção da Educação Ambiental como tema transversal na área de Linguagens,embasando a existência do conceito de Fronteira Etnocultural. Para tanto, metodologicamente, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa (CHIZZOTTI, 2008), cujo subsídio teórico parte dos autores Souza (2012); Ferreira (2013); Nunes e Silva (2011); Raffestin (1993). Ademais, desenvolveram-se técnicas de observação sistemática da realidade local, cujosinstrumentos de registro da pesquisa de campo foram caderneta de campo e máquina fotográfica. Aplicaram-se técnicas pedagógicas voltadas para a Educação Ambiental, partindo de territorialidades dos saberes tradicionais (pré)existentes. Nesse processo, constatou-se que os professores indígenas demonstraram relevante interesse em compreender a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas em linguagens voltadas para Educação Ambiental. Por fim, a fronteira etnocultural pôde ser comprovada pela especial interação entre professores(as) e alunos(as) indígenas e não indígenas.

Palavras chave: Educação Ambiental;Saberes Tradicionais; Linguagens; Ensino; Povos Indígenas.

4 GT - GÊNERO, CORPO E SAÚDE

APRESENTAÇÃO ORAL

4.1 TÍTULO DO TRABALHO: TRAJETÓRIAS MASCULINAS NA ESFERA DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA - por Janine Targino da Silva

O presente trabalho pretende analisar a trajetória masculina no que tange ao desenvolvimento da dependência química e a busca por recuperação da mesma. Para tanto, serão apresentados e esmiuçados os discursos de homens em tratamento contra a dependência química. Tais indivíduos foram entrevistados entre os anos de 2010 e 2014 com a finalidade de compor material para minha tese de doutorado intitulada “Religião contra as ‘drogas’: estudos de caso em duas comunidades terapêuticas religiosas para dependentes químicos no Rio de Janeiro”. Estas entrevistas foram realizadas em duas comunidades terapêuticas religiosas localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, sendo uma destas comunidades de perfil pentecostal enquanto a outra atua vinculada à Renovação Carismática Católica (RCC). Ao todo, foram realizadas quinze entrevistas semiestruturadas que somam material robusto para a análise que será apresentada a seguir. Nota-se que as trajetórias masculinas no que diz respeito ao uso de drogas e a busca por recuperação da dependência química são marcadas por peculiaridades que merecem destaque em pesquisas dedicadas ao tema. Dessa forma, como uma das conclusões da presente pesquisa, aponta-se que a construção de políticas públicas de qualidade e eficazes voltadas para usuários problemáticos de drogas deve levar em extrema consideração as singularidades inerentes às distinções de gênero na sociedade atual.

Palavras-chave: Dependência Química; Comunidades Terapêuticas; Trajetórias Masculinas.

4.2 LINGUAGEM DA ACADEMIA, LINGUAGEM DE SANTO, LINGUAGEM DO SEXO: a produção acadêmica sobre gênero em religiões de matrizes africanas – por Mayara Holzbach

mayaraholzbach@hotmail.com

O presente trabalho se constitui como uma análise das produções acadêmicas ao longo do séc. XX que tinham como objetivo principal pensar sobre as configurações de gênero em

terreiros de candomblé e umbanda. O artigo procura mostrar como surgiu o interesse de intelectuais pelo tema, bem como a recepção que estes trabalhos tiveram. Entretanto as abordagens de tais produções não permaneceram estáticas, sofreram ao longo do século XX a aplicação de diferentes metodologias sobre as quais venho refletir. A partir desses trabalhos são levantadas questões a cerca da relação entre o cosmos e os corpos em religiões de matrizes africanas.

Palavras-chave: gênero; história da antropologia; afro-religiões.

4.3 DOIS REGISTROS DISCIPLINARES E MÚLTIPLOS SENTIDOS: NOTAS SOBRE AS PRODUÇÕES DE CORPOS E SUBJETIVIDADES ENTRE CRIANÇAS E JOVENS (NÃO) INDÍGENAS DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS SULMATOGROSSENSES – por Ezequias F Milan e Simone Becker

A pesquisa, que ainda se encontra em fase inicial, busca a multiplicidade de sentidos que são vivenciados no ambiente escolar por jovens e crianças. Com o objetivo de acompanhar os processos/as re-iterações sociais que transpassam e/ou atravessam os corpos dos sujeitos através de relações de poder difundidas nas instituições do Estado, e, através do método etnográfico, duas escolas são vividas pelxs pesquisadores de corpo inteiro; uma escola indígena e outra não indígena. Nesse sentido, os vetores de corpo, subjetivação e saúde apresentam recorrências nas trocas discursivas que (re)produzem tanto o espaço escola quanto são produzidas pelos sujeitos que nele interagem e por esses são reproduzidas.

Palavras Chave: Escola, Corpo, Educação, Gênero, Saúde.

4.4 A SAÚDE QUE EU CREIO: AS COMUNIDADES RELIGIOSAS AFRO-BRASLILEIRA NO CAMINHO DO PLURALISMO TERAPÊUTICO – por Sandra Ceschin Fioravanti

fioravanti_sandra@hotmail.com

As comunidades religiosas de cultura Afro-brasileira possuem um conjunto de conhecimento e um modelo de atenção estruturados em valores tradicionais, de modo que contribuem de forma relevante para a compreensão do fenômeno religioso relacionado ao processo de

saúde/doença. Possuem conceitos próprios de cuidado, saúde e doença, envolvendo questões individuais e coletivas, expressas através de diferentes contextos, regulando as mais variadas interpretações e escolhas terapêuticas. Neste momento em que o modelo de saúde hegemônico se mostra incapaz de atender de forma integral a complexidade do ser humano, frente às diferentes concepções mundo, crenças, significados de adoecimento e cura, esta pode ser pensada como apoio terapêutico, revelando novos espaços de interpretação do cuidado. Realizou um levantamento bibliográfico com metodologia de pesquisa exploratória. Com o objetivo de aproximar elementos da tradição afro-brasileira ao modelo oficial de saúde proposto pelo Sistema Único de Saúde/SUS, no sentido de complementariedade. Considera-se a importância dos limites e possibilidades do cuidado cultural realizado pela enfermagem, através da contribuição antropológica no sentido de permitir possíveis interpretações para o processo saúde/doença tornando-se fundamental para a educação e o trabalho em saúde coletiva, ao qual a visão de mundo nas comunidades de matriz afro-brasileira extrapola os valores do sistema oficial de saúde. Ampliando o espaço das possibilidades de cuidado dentro do pluralismo terapêutico, proporcionando um cuidar mais integrativo e transformando a atenção em saúde em um ato de cidadania de inclusão social.

Palavras-chave: Saúde/doença; afro-brasileiro; cuidado cultural, pluralismo terapêutico, enfermagem.

4.5 AS FRONTEIRAS EM ESPAÇOS URBANOS – por Suzana Vinicia Mancilla Barreda

suzanamancilla@yahoo.es

Costuma-se pensar nas fronteiras como espaços marginais e distantes dos grandes centros de referência. Neste artigo é abordado um espaço urbano como referente de uma das fronteiras geográficas internacionais de Mato Grosso do Sul, trata-se da Praça Bolívia, localizada no bairro Santa Fé, na capital do estado. Fundado em agosto de 2005, esse espaço congrega uma vez por mês algumas representações culturais bolivianas, bem como de outros países e a produção cultural local. Conforme aponta Santos (1999), os sistemas de objetos e sistema de ações quando considerados conjuntamente, formam um quadro peculiar em que se desenvolve a história. Assim, esta pesquisa, que se encontra em etapa inicial, pretende discutir o espaço-tempo coletivo, em que as práticas culturais repercutem na formação de concepções do boliviano diferentes àquelas maiormente veiculadas nos meios

de comunicação e disseminadas pelo senso comum que associa o contrabando, o ilícito e o tráfico, entre outros, ao nacional boliviano. O objetivo, em primeira instância é trazer à tona representações que subjazem as ideologias consolidadas e promover sua discussão, desestabilização e possíveis indícios de mudança. Para tanto, é proposto o estudo do espaço público como representação e como ideologia (DELGADO, 2007; 2013) e as noções de cultura e identidade (GUERRERO ARIAS, 2002). A metodologia prevê a coleta e análise das narrativas que compõem a discursividade das pessoas que frequentam esse espaço cultural, atentos também à ausência dos bolivianos residentes em Campo Grande nesse espaço social que os representaria.

Palavras-chave: Bolivianos; Espaços públicos; Praça Bolívia.

4.6 INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA POPULAÇÃO INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL – por Zuleica da Silva Tiago

zuzu-tiago@hotmail.com

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são transmitidas pelo contato direto com o indivíduo contaminado ou através de transmissão vertical entre mãe e filho. Entre as complicações associadas às IST estão a infertilidade, a transmissão vertical, perdas gestacionais ou doenças congênitas, e o aumento do risco de infecção pelo vírus HIV. A população indígena tem sido historicamente afetada por doenças infecciosas e parasitárias, que provocaram uma severa depopulação. O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta a segunda maior população indígena no Brasil, com cerca de 73.181 pessoas e 8 etnias, atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena. O objetivo deste trabalho é apresentar uma revisão bibliográfica e dados estatísticos sobre a prevalência de IST na população indígena no estado. Os resultados demonstram que, entre 1988 e 1999, foram notificados 32 casos de AIDS entre os índios no Brasil, apontando a maior vulnerabilidade entre os adultos. Em 2005, houve aumento considerável do número de casos notificados de sífilis, gardnerella e tricomoníase em indígenas no Mato Grosso do Sul, totalizando 729 casos. Também houve expansão da infecção pelo HIV, com uma tendência crescente ao longo dos anos. Em relação à infecção pelo *T. pallidum* foram registrados, entre 2005 a 2014, 1.209 casos entre gestantes indígenas. Quanto à sífilis congênita, foram 335 casos no período de 2007 a 2014. Chama a atenção o alto número de mulheres indígenas infectadas, principalmente nas notificações de sífilis em gestante e sífilis congênita no município de Amambai. Diante desse cenário, alertamos sobre a necessidade de implementar ações e estratégias que considerem as

particularidades culturais e os fatores socioambientais que alteraram a dinâmica de vida desses povos, tornando-os vulneráreis a problemas de saúde. Constatamos que os protocolos de prevenção e tratamento de saúde não reconhecem a diversidade sociocultural, tomando como universais pressupostos que colidem com a complexidade das concepções indígenas sobre nascimento, morte, saúde, doença. Por fim, defendemos a importância da realização de pesquisas interdisciplinares e de uma abordagem antropológica da saúde indígena, tornando possível uma melhor compreensão dos dados estatísticos e uma maior eficácia das políticas públicas de saúde.

Palavras-chave: Infecções Sexualmente Transmissíveis; População Indígena; Vulnerabilidade; Saúde indígena; Antropologia da saúde.

4.7 UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO TEÓRICA BRASILEIRA NO CAMPO DA PROSTITUIÇÃO MASCULINA1 – por Tatiana Bezerra de Oliveira Lopes e Guilherme Rodrigues Passamani

tatianabezerralopes@gmail.com.

Este trabalho é parte de uma pesquisa maior, que busca traçar um panorama teórico sobre prostituição masculina no Brasil. O trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa "Gênero, sexualidade e diferenças: normas e convenções sociais na fronteira". Após um levantamento bibliográfico, foram lidos e fichados os textos que tratam da temática geral: prostituição masculina. Foram encontrados artigos, dissertações e teses em diversas áreas do conhecimento como antropologia, educação, psicologia, história, entre outras. Nosso objetivo é que, na última etapa pesquisa, seja possível identificar as regiões mais estudadas, os territórios que foram mais investigados e as sub-temáticas mais recorrentes nos trabalhos realizados nos diferentes contextos brasileiros. A partir desse primeiro olhar, considerando discursos, lugares, estratégias e vivências esperamos identificar, por meio de uma aproximação dos trabalhos selecionados, aquilo que vem sendo produzido sobre prostituição masculina no Brasil. Desta forma, nossa proposta é contribuir com alguns elementos que possam ajudar a mapear esse campo de pesquisa no país e assim produzir um conhecimento crítico e reflexivo sobre o tema no país, que, de forma sistematizada, ainda não existe.

Palavras-chave: prostituição masculina, garotos de programa, Brasil.

4.8 RACISMO E A TAXA DE MORTALIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA: UMA ANALISE EM TORNO DA HISTORIA, MITOS E A TEORIA LOMBROSIANA – por Leandro de Souza Silva e Eugenia Portela de Siqueira Marques

lelesouzasilva7@gmail.com
eumar13@terra.com.br

O presente artigo trata-se de uma revisão bibliográfica na qual traz a tona uma reflexão sobre violência e intolerância na sociedade brasileira diante dos povos negros, fato esse que levounos a manifestarmos por meio desse trabalho teórico, na perspectiva de explicarmos por meios de referenciais teóricos as principais causas da violência e da intolerância racial contra a população Negra no Brasil. Busca essa que analisamos como de primordial importância, por termos uma trajetória como militantes/acadêmicos. Participamos também como membros do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Relações Étnico-Raciais

e Formação de Professores (GEPRAFE/UFGD), na onde atuamos na condição de pesquisador e coordenadora do grupo de estudos no qual produzimos e estudamos diversos materiais para a educação das relações étnico-raciais. Pretendemos agora discutir os motivos de atos de preconceito e racismo na perspectiva da história, da religião dos mitos e estudos científicos passados, que contribuíram e/ou contribuem para os fatos de racismo e preconceitos que acontecem diariamente nos causando revolta. Almejamos por meio deste, explicar de forma objetiva e simples as manifestações de racismo, violência e intolerância e correlaciona-las com a taxa de mortalidade da população denominada “afro-brasileira” (pretos e pardos) ou população negra. Acreditamos que compreender que o meio social em qual nós vivemos é capaz de formar quem somos, torna-se possível refletir e criticar essa formação e essa reflexão causa uma descentralização do que está imposto, gerando uma crise e essa crise gerada que é capaz de alterar estereótipos e paradigmas anteriormente colocados como algo fixo.

Palavras-chave: População Negra; Racismo; Violência; Relações Étnico-Raciais.

4.9 A PROSTITUIÇÃO MASCULINA NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA – por IghorAvanci e Guilherme R. Passamani

ighor.avanci@gmail.com.

Este trabalho é parte de uma pesquisa maior vinculada ao *Núcleo de Estudos Néstor Perlongher – Cidade, Geração e Sexualidade*, que está problematizando as questões que envolvem gênero e sexualidade. O objetivo do trabalho é estudar a prostituição masculina na fronteira Brasil-Bolívia a partir de uma etnografia *on line* nas *salas de bate papo* da cidade de Corumbá-MS, bem como em aplicativos para *smartphone*s que facilitam o encontro com os chamados garotos de programa, ou homens que mesmo sem assumir essa identidade, mantêm relações sexuais com outros homens mediadas por algum tipo de vantagem para os primeiros. A realização de uma etnografia *online* justifica-se pela popularização da utilização dessas mídias para o encontro de parceiros. Nossa pesquisa pretende apresentar alguns dados que nos permitam perceber a prática da prostituição masculina em outras searas que não as tradicionais: rua e saunas e/ou clubes de sexo. Por fim, destacamos que tal temática ainda é um campo a ser explora, em vista das poucas investigações de fôlego sobre a temática.

Palavras-chave: prostituição masculina, fronteira, etnografia *on line*.

5 GT - PRÁTICAS DE ARQUEOLOGIA EM MATO GROSSO DO SUL

APRESENTAÇÃO ORAL

5.1 ARTES E COSMOLOGIA KAIOWÁ: O PROCESSO DE PRODUÇÃO, SIGNIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO – por Rosalvo Ivarra Ortiz

rosalvortiz@hotmail.com

A RID (Reserva Indígena de Dourados) possui a segunda maior população indígena do Brasil, sobretudo, constituída pelas etnias kaiowá e guarani, entretanto, até o presente momento, poucos estudos foram empreendida sobre a cultura material desses grupos étnicos. Isso não ocorre somente no referido município, mas em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Desta forma, o presente ensaio tem como objetivo principal discutir a problemática a respeito. Inicialmente será desenvolvida uma abordagem teórica da discussão envolvendo Antropologia e Arqueologia com base na cultura material kaiowá. Posteriormente, será feita uma reflexão das artes, artefatos ou ainda “coisas” dos grupos concernentes ao tronco linguístico guarani. Tal análise segue o seguinte percurso: a origem desses objetos, posteriormente as variedades de significações que adquiriram ao longo de sua trajetória e finalmente como esses objetos obtiveram novos significados e destinação.

Palavras-chave: Antropologia, arte, cultura material, kaiowá, Mato Grosso do Sul.

5.2 A ARTE RUPESTRE EM ALCINÓPOLIS-MS E O USO DE SOFTWARES 3D NO SEU PROCESSAMENTO – por Thaiane Coral Fernandes Lima e Beatriz dos Santos Landa

thaianecoral@hotmail.com
bialanda@uol.com.br

A arte rupestre está em constante perigo contra o seu próprio “desaparecimento”, causado por situações de impacto ao meio ambiente na qual está inserida e por ações de vandalismo nas suas estruturas. Devido a essas constantes agressões, pra obter informações sobre as resultantes das atividades humanas que deixaram pinturas e gravuras nas rochas, e transportá- las do campo para os laboratórios para que sejam analisadas na perspectiva da compreensão das intencionalidades dos diferentes grupos humanos que as produziram, é exigido o aprimoramento das técnicas usadas pelos arqueólogos para a sua obtenção. O

presente artigo propõe refletir sobre o uso das técnicas de gravação digital no processamento ainda em campo dessas imagens de arte rupestre existente em nosso estado, com o uso de técnicas digitais a partir da combinação da utilização de processamento de imagens de AutoCAD 2D com softwares avançados como 3DS MAX. Torna-se relevante essa outra perspectiva na medida em que esses softwares tornam-se subsídios para alcançar uma alta qualidade de imagens, e contribuem na produção de dados mais precisos sobre gravações rupestres, em comparação as antigas técnicas. Estes softwares estão sendo utilizados no sitio arqueológico Templo dos Pilares em Alcinópolis-MS, onde através de topografias de terreno, fotos digitais, medições a laser e coordenadas geográficas foi possível realizar um esboço do contorno da caverna 01 e do painel 02 em campo. Portanto, mais do que colaborar para o avanço tecnológico na produção de dados sobre a arte rupestre, torna-se um ferramenta importante, que possibilita a combinação de duas técnicas digitais como AutoCAD 2D e o 3DS MAX , e fornece a(o) pesquisador (a) reproduções métricas mais precisas (profundidade, cor, dimensão) sobre os dados obtidos em campo, sejam eles de abrigos, cavernas, ou outros suportes rochosos que ampliem as interpretações sobre a presença humana no estado. Além desse fator, torna-se possível reconhecer outras possibilidades de estudar os dados arqueológico contribuindo para o estudo do patrimônio histórico cultural na educação básica.

Palavras-chave: Modelagem em 3D; Arte Rupestre; Arqueologia; Patrimônio; Alcinópolis-MS.

5.3 APROPRIAÇÃO, PRODUÇÃO E USO DO ESPAÇO NA RESERVA PORTO LINDO/JAKAREY E NA ÁREA RETOMADA YVY KATU – MS PELAS CRIANÇAS GUARANI NA PERSPECTIVA ETNOARQUEOLÓGICA – por Beatriz dos Santos Landa

bialanda@uems.br

As investigações tendo como temática a criança tem apontado que estas são tanto produtoras como consumidoras de cultura, e impactam de maneira significativa na dinâmica de cada grupo estudado, e nas relações que estabelecem com os adultos e, principalmente com os demais membros de sua faixa etária, interferindo nas situações familiares, da comunidade e nas atividades desenvolvidas, além de afirmar a contribuição e a participação destas como agentes sociais, que definem e redefinem seus papéis na sociedade a partir

das experiências vivenciadas. Esta investigação que busca apreender como as crianças se apropriam, produzem e usam o espaço na qual estão inseridas e como constróem conhecimentos sobre o mesmo. Realizada sob a perspectiva da etnoarqueologia na reserva Porto Lindo/Jakarey e na área retomada do Yvy Katu (Terra Sagrada) , localizadas no município de Japorã-MS, tem produzido dados significativos para entender como as crianças Guarani e Kaiowá elaboram conceitos e representações do mundo no qual estão inseridas, e que são perpassadas pelas relações que estabelece com adultos e crianças, a partir do uso do espaço nas suas atividades cotidianas que intercalam ocupações de espaços provenientes do mundo não indígena, entre eles a escola, e os indígenas, aqui representados pela reserva Porto Lindo e a área reocupada no ano de 2003, Yvy Katu. Utilizando como suporte para análise as entrevistas, fotografias, desenhos e filmagens produzidas pelas crianças guarani e kaiowá, e apoiando-se teórica e metodologicamente na Antropologia e na Etnoarqueologia, busca-se compreender os sentidos e significados em relação aos espaços nos quais movimentam-se cotidianamente entre estes dois amplos espaços aqui abordados, que podem vir a subsidiar interpretações mais seguras para a ciência arqueológica.

Palavras-chave: Etnoarqueologia; Criança Guarani e Kaiowá; Criança indígena; Uso apropriação e produção do espaço.

5.4 REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL: AÇÕES REALIZADAS PELO PODER PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS/MS – por Laura Roseli Pael Duarte e Beatriz dos Santos Landa

laurapael@hotmail.com
bialanda@uol.com.br

O presente artigo tem por objetivo construir reflexões sobre a importância da Educação Ambiental e Patrimonial no município de Alcinópolis/MS, considerando a relevância científica e cultural, pois, a nível estadual o município é destaque no tocante ao reconhecimento e valorização dos sítios arqueológicos com arte rupestre. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram realizados levantamentos bibliográficos, assim como os documentos e processos relativos à implementação da política municipal relativa ao patrimônio arqueológico cultural e ambiental, que inclui o relevante conjunto de sítios arqueológicos

encontrados em suportes rochosos que resultaram na denominação da cidade de “Capital da Arte Rupestre”, e a percepção das ações de políticas públicas realizadas no município de Alcinópolis/MS, produzidos e publicados pelo órgão gestor do munícipio, acerca das ações e projetos desenvolvidos no âmbito do mesmo e como estas se aproximam das escolas que atuam na educação básica. A partir dessas reflexões constatamos que há uma necessidade premente na elaboração de políticas públicas em conjunto com as escolas, que ampliem a parceria com educadores, alunos (as) e comunidade, para a efetivação de uma efetiva Educação Ambiental e Patrimonial no meio escolar e com os moradores do município.

Palavra-chave: Educação Ambiental e Patrimonial; Arqueologia; Patrimônio; Arte Rupestre, Alcinópolis-MS.

5.5 APONTAMENTOS E REFLEXÕES DEUMA EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA DO POVO BORORO EM MERURI – por José Francisco Sarmento Nogueira

Leandro Skowronski2

Este trabalho apresenta reflexões e apontamentos a respeito de um projeto desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa das Populações Indígenas (NEPPI), fruto de uma proposta da Pró-reitora de Extensão da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e a Missão Salesiana de Mato Grosso (MSMT). Este projeto de extensão foi desenvolvido junto a uma escola na aldeia Meruri onde habitam o povo Bororo no estado de Mato Grosso. O objetivo do projeto era propor oficinas aos seus professores em duas áreas: a primeira relacionada ao uso de tecnologias digitais como ferramenta pedagógica e a segunda propondo o desenvolvimento de uma horta com princípios agroecológicos no ambiente escolar para fins didáticos. A metodologia adotada para a produção destes escritos foi o trabalho de campo (o trabalho etnográfico), a partir de anotações fruto do convívio de rodas de conversas e das oficinas propostas. Os resultados parciais mostram que o projeto foi bem sucedido, mas em construção, pois entendemos que um projeto como esse é sempre um processo inacabado. O texto dialoga com a perspectiva teórica dos Estudos Culturais, e do movimento Modernidade/Colonialidade, que em muito nos ajudou a entender estes sujeitos e seu contexto histórico - diante do longo diálogo que este povo traçou com os Salesianos vindos da Itália. Perceber estas tensões culturais, a partir destas leituras e da observação inloco foi um dos objetivos deste trabalho. Além de narrar as experiências dos acadêmicos neste processo dialógico com uma outra cultura. A conclusão em que chegamos é a de que

o resultado do projeto ficou além de nossas expectativas, mas ainda insistimos que projetos em comunidades tradicionais devem durar mais tempo, para que se possa realmente desenvolver uma proposta intercultural.

Palavras-chave: Escola indígena, Multi/Interculturalidade, Bororo.

5.6 Diálogos Interdisciplinares para o entendimento da cerâmica Tupiguarani do MS – por Fernanda de Sousa Fernandes

arqueo.fsfernandes@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo contribuir com as discussões e problemáticas que tem caracterizado os estudos dos sítios relacionados à tradição Tupiguarani desenvolvidos no estado de Mato Grosso do Sul, com o intuito de compreender aspectos relacionados à cronologia e variabilidade inerentes à ocupação indígena da área no passado. Com vistas a atualização das sínteses regionais disponíveis, parte-se de um levantamento bibliográfico cujo aporte baseia-se na etno-história, história, antropologia e dados provenientes da arqueologia, em específico, datações obtidas a partir da cultura material encontrada na região.Para fins de contextualização, o termo Tupiguarani foi elaborado no âmbito do PRONAPA (1969). Na ocasião, estabeleceu-se uma tradição ceramista tardia e amplamente difundida, caracterizada pela possibilidade de correlação entre dados arqueológicos e os falantes de línguas Tupi e Guarani, cujas ocupações foram documentadas no litoral brasileiro. Ao mesmo tempo, Chmyz (1969)ofereceu sua contribuição, afirmando tratar-se de tradição cultural que se distinguiria por apresentar cerâmica com pintura policrômica, acabamento corrugado e escovado; enterramentos secundários em urnas; recorrência de machados de pedra polida; e por fim, a utilização de tembetás.Para o estado do Mato Grosso do Sul, as pesquisas arqueológicas apontam datação em torno de 1.500 anos AP para a ocupação de ceramistas dessa tradição, conforme indicado pelos sítios arqueológicos da porção setentrional do Alto Paraná. Não obstante, é relatada a presença de cerâmica tupiguarani em alguns abrigos e sítios a céu aberto, situados na porção meridional e na porção mesial do Estado. De acordo com os autores, tais sítios são portadores de fragmentos de recipientes cerâmicos, com pintura policrômica e/ou impressão digital/ungueal e corrugada. A Etno-história desses locais e outros vestígios, tais como tembetá, lâminas de machado polidas, artefatos líticos lascados e polidores de sulco somam-se para caracterizar, na sua maior parte, essas ocupações como sendo filiadas à subtradição Guarani.De modo geral, os

esforços de síntese realizados até o momento parecem apontar para uma notável diversidade cultural que parece ter caracterizado a região Centro-Sul no período pré-colonial e que merece ser melhor investigado.

Palavras-chave: Ceramistas Tupiguarani; Arqueologia sul-mato-grossense; Arqueologia Regional.

5.7 DIÁLOGOS MULTI/INTERCULTURAIS NO AMBIENTE DE CONVIVÊNCIA DO PROJETO REDE DE SABERES DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB) – por José Francisco Sarmento Nogueira e Joao Felipe Abrahan

O Projeto “Rede de Saberes” é uma ação afirmativa viabilizada pela fundação FORD e realizado por quatro universidades do estado Mato Grosso do Sul, a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que tem como objetivo apoiar a permanência na educação superior de estudantes indígenas da região. Esta pesquisa ocorre no âmbito da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), onde o projeto é gerido peloNúcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI) com os acadêmicos indígenas de diversas etnias do estado de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul: Xavante, Kadwéu, Bororo, Terena, Guarani e Kinikinau, que fazem cursos de graduação em áreas diversas, a pesquisa etnográfica em especial no espaço reservado aos acadêmicos pelo projeto, onde os mesmos tem acesso as tecnologias digitais atuais. Neste espaço de convivênciaos acadêmicos tem acessoa equipamentos que lhes garantem suporte para a feitura de seus trabalhos acadêmicos, como impressoras, scanners e outros periféricos que lhes garantem a produção e confecção destes trabalhos. Nestes ambientes também são oferecidas monitorias para sanar dúvidas nas diversas áreas do conhecimento, nomeado no projeto como Tutoria. O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa em andamento que versa sobre a relação intercultural estabelecida a partir da dinâmica destas tutorias oferecidas pelo Projeto Rede de Saberes.O trabalho procura identificar as relações interculturais estabelecidas entre os acadêmicos não indígenas (90% dos monitores são não indígenas) que ministram as monitorias e os acadêmicos indígenas que o faz na condição de aluno. A metodologia do trabalho se deu a partir de entrevistas com os monitores e acadêmicos, sempre na perspectiva de saber o quão afetados esses personagens foram na relação com outro, o que modificou em seus olhares e a percepção da ideia do outro. O trabalho está em andamento, portanto não apresentamos uma conclusão.

Palavra-chave: Multi/Interculturalidade, Ações Afirmativas, Rede de Saberes.

6 GT - RELIGIOSIDADES E NOVAS ESPIRITUALIDADES

APRESENTAÇÃO ORAL

6.1 *Pujopié Noñague:* Sobre um conceito Ayoreo de feitiçaria – por Leif Grunewald.

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma cartografia a respeito da idéia de feitiçaria tal como mobilizada pelos Ayoreo – um povo falante de uma língua da família Zamuco habitante do Chaco Paraguaio – diante de acontecimentos distintos ocorridos ao longo da história. Além disso, procede-se pela comparação entre a noção de feitiçaria e alguns aspectos da ação e da fabricação dos corpos dos xamãs reputados serem 'crentes' e 'bondosos', para oferecer, ao fim, uma reflexão sobre esse conceito conectada tanto à descrição etnográfica de alguns aspectos da sociocosmologia desse povo, quanto ao que os Ayoreo entendem por *política*.

Palavras-chave: Ayoreo, Alto Paraguay, Xamanismo, Feitiçaria, Política.

6.2 DOS MOTIVOS PARA A BUSCA DE TRATAMENTO EM UMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA RELIGIOSA: ESTUDO DE CASO – Por Janine Targino da Silva

O presente trabalho pretende analisar as motivações expressas nos discursos de indivíduos dependentes químicos para que os mesmos busquem auxílio contra o vício em drogas em instituições de perfil religioso. Para tanto, serão apresentados e esmiuçados os discursos de homens e mulheres em tratamento contra a dependência química em duas comunidades terapêuticas religiosas localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, sendo uma destas comunidades de perfil pentecostal enquanto a outra atua vinculada à Renovação Carismática Católica (RCC). Tais indivíduos foram entrevistados entre os anos de 2010 e 2014 com a finalidade de compor material para minha tese de doutorado intitulada "Religião contra as 'drogas': estudos de caso em duas comunidades terapêuticas religiosas para dependentes químicos no Rio de Janeiro". Ao todo, foram realizadas vinte e cinco entrevistas semiestruturadas que somam material robusto para a análise que será apresentada a seguir. Nota-se que existem elementos específicos que influem na escolha pelo tratamento contra a dependência química em uma instituição religiosa. Entre tais elementos pode-se citar a religião de origem ou a busca por acolhimento em instituições que oferecem tratamento gratuito contra as drogas. Dessa forma, como uma das conclusões da presente pesquisa,

aponta-se que a construção de políticas públicas de qualidade e eficazes voltadas para usuários problemáticos de drogas deve levar em extrema consideração as trajetórias de vida dos indivíduos.

Palavras-chave: Dependência química; Comunidades terapêuticas; Tratamento contra as drogas.

6.3 UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS JOVENS INDÍGENAS DA 1° CONGREGAÇÃO DA TERRA INDÍGENA DE DOURADOS – por Lílian Luana da Silva

lilianluanadasilva@hotmail.com

O presente artigo é resultado da pesquisa que compreende o papel da 1° Congregação presbiteriana, na aldeia Jaguapirú, Terra Indígena Horta Barbosa, no município de Dourados na vida dos jovens indígenas, Terena, Guarani e Kaiowá. Com o foco na participação dos jovens e na formação de lideranças Terena, nesse espaço religioso. Comparar a vida das juventudes indígenas da 1° Congregação com os não adeptos, buscando perceber se essa participação produz especificidades no grupo. Este trabalho é resultado da elaboração de trabalho de conclusão do curso da Especialização em Antropologia e História dos Povos Indígenas EAD/UFMS fomentada pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/ Campus Rio Brilhante.

Palavras-chave: Jovens; indígenas; 1°Congregação; Terena.

6.4 O CONTINUUM DA POSSESSÃO: um estudo sobre a comunicabilidade com os espíritos entre Umbanda e Espiritismo na cidade de Dourados – MS (1976 a 2010) – por Ana Maria Valias Andrade Silveira

Entre os anos de2013 a2015 foi realizado um estudo de caso sobrea formação de um trânsito religioso entre duas casas religiosas de matrizes Umbandista e Espírita em que os indivíduos alternavam suas frequências entre uma casa e outra. O objetivo foi apresentar quais os elementos que possibilitavam esse percurso, tendo em vista a posição dialógica que o Espiritismo e a Umbanda colocavam a partir de sinais diacríticos complementares. Assim, foi constatado que as relações de parentesco e de afinidade estavam envolvidas com a trajetória das casas desde a formação. No entanto, foi apresentado outro elemento fundamental que

originou a formação do trânsito entre as casas: a possessão. Devido à impossibilidade de aprofundar uma investigação sobre a função da prática da possessão, marcada pela manifestação e comunicação com os espíritos, esta proposta de pesquisa tem como foco central compreender o processo histórico do fenômeno da possessão, buscando apreender através da representação do passado no presente, as variáveis que tais práticas vêm sofrendo ao longo do tempo. Para tanto, cabe investigar o contexto em que estas casas foram criadas. Em hipótese, relações conflitantes que ocorreram naquela época, possivelmente podem sinalizar aproximações sobre as alternâncias da prática da possessão. Nesse sentido, compreender a natureza desses conflitos, percebendo se existe ou não relação com as variáveis da prática da possessão, é fundamental. Com relação à corrente dissidente do espiritismo, intitulado Espiritualidade Independente, esta pesquisa proporcionará reflexões acerca da possível contribuição que a Umbanda e o Espiritismo tiveram no processo da constituição desta nova modalidade, a partir da categoria “Espiritualista”, termo este utilizado pelos próprios atores sociais. Este fato sinaliza que entre Umbanda e o Espiritismo existem variáveis dentre elas a Espiritualidade Independente. A investigação histórica do fenômeno da possessão é um caminho para tornar possível tal reflexão por ser elemento comum entre tais modalidades (Umbanda e Espiritismo).

Palavras chave: Possessão; Diálogos; Conflitos.

6.5 RAINHAS DE QUEM TEM FÉ: A influência de pombas-gira na construção da identidade de médiuns homossexuais e transgêneros – por Mayara Holzbach

mayaraholzbach@hotmail.com

O presente trabalho consiste em uma análise da relação entre médiuns homossexuais e transgêneros e entidades do grupamento das pombas-gira. O trabalho surge com propósito de refletir como a interação mediúnica com esse espírito influência a constituição identitária do indivíduo, para tanto é apresentado uma análise bibliográfica sobre a construção simbólica dessa personagem. Consequentemente através de análises de campo também proponho um questionamento sobre como essa relação sobrenatural se interpõe nas demais relações do médium.

Palavras-chave: afro-religiões; gênero; identidade; pomba-gira.

6.6 Mario de Andrade: Um modernista de corpo fechado – por Mario Teixeira de Sá Junior

mariosa@ufgd.edu.br

O livro “Macunaíma o Herói Sem Nenhum Caráter (1928)” é um marco na história da literatura brasileira. De autoria de Mario de Andrade é uma rapsódia baseada na obra etnográfica do antropólogo alemão Theodor Koch-Grünberg, que havia pesquisado as lendas e os mitos do Norte brasileiro, e no ensaio “Retrato do Brasil”, escrito por Paulo Prado também em 1928. Une-se a esses dois trabalhos as anotações de campo realizadas por Mario de Andrade em sua viagens pelo Brasil nos anos 1924, 1927 e 1928/9. Para a construção do capítulo sete de seu livro, intitulado “Macumba”, o autor se baseia em um trabalho de cunho etnográfico que realizou em sua terceira viagem (1928/9), essa ao nordeste (Natal – PE), quando se submeteu a um culto de Catimbó. Para além do material colhido nessa pesquisa de campo, se valerá da entrevista feita ao músico Pixinguinha (1926), quando este esteve em São Paulo com a Companhia Negra de Teatro, dirigindo a orquestra do Espetáculo “Tudo Preto”. Nela, o compositor oferta ao autor elementos sobre a “macumba no Rio de Janeiro” realizada no Terreiro de Tia Ciata, material que foi fartamente utilizado no referido capítulo do livro. O próprio Pixinguinha se tornou personagem do livro. “O ogâ tocador de atabaque, um negão filho de ogum, bexiguento e fadista de profissão, se chamando Olêle Rui Barbosa” (Macunaíma). O resultado do capítulo é um misto de material colhido das vivências dos entrevistados e observados com a fantasia construída pelo autor. Em um período com pouco material sobre as macumbas cariocas, o capítulo VII de Macunaíma pode ser uma fonte para as pesquisas referentes ao tema.

Palavras-chave: Religiões afro-brasileiras, macumba, Modernismo, Macunaíma, Mario de Andrade.

6.7 A ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS TRADICIONAIS DE MOÇAMBIQUE (AMETRAMO): entre tradição e modernidade – por Graziele Acçolini e Mario Teixeira de Sá Jr.

A Associação de Médicos Tradicionais de Moçambique (AMETRAMO) foi criada em setembro de 1992, com a Guerra Civil em Moçambique (1977/1992), após o processo de separação de sua metrópole, Portugal, em 1975. A Associação se constitui em um órgão regulamentado pelo governo e reúne os curandeiros que realizam atendimentos através de consultas com um oráculo ou recebimento de espíritos de antepassados e que, para atuarem,

necessitam de uma carteira que comprove sua filiação a AMETRAMO. Desde o nascimento até após a morte os curandeiros interferem na vida da comunidade. Após um período de perseguição às manifestações, considerada pela FRELIMO (partido político de base marxista vencedor da Guerra Civil) como fruto da ignorância e do obscurantismo, ocorre o processo de reconhecimento e institucionalização de tais práticas. A proposta desse artigo é a de dar prosseguimento a discussão entre o binômio tradição-modernidade tendo por objeto a AMETRAMO.

Palavras-Chave: Moçambique, AMETRAMO, Tradição-Modernidade.

6.8 A Noção de Pessoa no Santo Daime: questões teóricas e metodológicas - por Mateus Henrique Zotti Maas

Com este trabalho pretendo pensar consequências teóricas e metodológicas do diálogocom um campo de estudo próprio da antropologia, o estudo sobre a Noção de Pessoa, para a construção de uma etnografia junto ao Santo Daime. Parto de observações que realizo no circuito religioso do Santo Daime desde 2012, em especial no Céu do Beija-flor onde fui fardado, iniciado na religião, neste mesmo ano. Tais incursões me levaram a perceber uma construção dual da Pessoa: Eu Superior/Eu Inferior, Espírito/Matéria. Pretendo expor mais minuciosamente tal dualidade queé ao mesmo tempo hierárquica, pois envolve a sobreposição do superior sobre o inferior, do espirito sobre a matéria, e integrativa pois não envolve a exclusão de dimensões inferiores e sim a iluminação proporcionada por um acesso constante ao mundo espiritual através do uso ritual e coletivo do Santo Daime*. Acredito que a investigação sobre a noção de pessoa, a função “Eu” como diria Marcel Mauss(2003), pode servir como um caminho para a construção de análises, se não comparativas, ao menos que possam fazerdialogar asdiversas manifestações da espiritualidade brasileira.

Palavras-chave: Santo Daime; Noção de Pessoa; Dualidade.

6.9 História do Santo Daime em Campo Grande – por Murilo Cezar Luz

O Santo Daime é uma religião surgida no então Território Federal do Acre, na cidade de Rio Branco, no ano de 1930 e fundada pelo negro maranhense Raimundo Irineu Serra. A história dessa religião na cidade de Campo Grande teve início no ano de 1988 a partir da realização de reuniões ritualísticas não-oficiais nas residências dos adeptos.Somente no ano de 1993 que o primeiro trabalho daimista foi registrado em livro-ata, sendo nesse ano o início da

formalização ritualística. RodolfinoAlves da Rocha foi quem introduziu nessa cidade a bebida sacramental utilizada nos rituais, de modo que, o casal João Luiz Viana Araújo e Jarila Maria da Rocha Araújo foram os fundadores da primeira igreja daimista em Campo Grande, no ano de 1998, a igreja Céu de São João. Essa igreja deu origem a dois centros daimistas, o Jardim da Rainha e a Casa de Cura Falanges de São Miguel, ambas fundadas em 2011, sendo que a última foi rebatizada de Céu dos Três Arcanjos em 2016. Já os demais centros daimistas nessa cidade, a saber, oCéu do Beija-Flor, fundado em 2002 e a Casa de Oração São Miguel Arcanjo, fundada em 2006 e,renomeada de Estrela Dourada desde 2009, surgiram ambas a partir da saída de adeptos do Centro de Cultura Cósmica. Esse último foi fundado em Cuiabá - MT, em 1990 por Francisco Souza de Almeida e conta com uma filial campo-grandense denominada de Núcleo Estrela Verde.

Palavras-Chave: Santo Daime; Campo Grande; História Oral.

7 GT - TERRITORIALIDADE, MOBILIDADE E CONFLITO

APRESENTAÇÃO ORAL

SESSÃO 1- DIA: 06 DE ABRIL DE 2017 – UNID. VI:

7.1 CONFLITOS NO CONTEXTO DE AUTODEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA MBYÁ GUARANI TEKOÁ MIRIM – por Fábio do Espírito Santo Martins

Este trabalho propõe evidenciar o processo de autodemarcação da Terra Indígena Mbyá Guarani Tekoá Mirim, que por estar localizada no interior do Parque Estadual da Serra do Mar no litoral de São Paulo, sofreu como consequência, que diferentes instâncias do poder público passassem a considerar os indígenas que vivem naquela TI, como invasores, por entender a sua permanência contrária ao "corpus" legal que legisla sobre a ocupação humana nas Unidades de Conservação. Dando início, portanto, a uma articulação político-administrativa para impossibilitar a manutenção indígena no seu próprio território, que secularmente é legitimada pela materialização sócioespacial do seu modo de vida culturalmente peculiar, ou seja, de seu Nhanderekó; completamente ignorado e desprezado pelas representatividades do Estado brasileiro. Diante de tal contexto, pretende-se dar visibilidade às motivações sociocosmológicas e etnohistóricas que justificam a dinâmica de deslocamento e ocupação espacial dos Mbyá-Guarani nesta autodemarcação territorial.

Palavras-Chave: cosmologia Mbyá-Guarani; autodemarcação de Terra Indígena.

7.2 UM PRIMEIRO MOVIMENTO PARA SEGUIR UM CONCEITO ÑANDEVA/ AVÁ GUARANI A RESPEITO DA PESSOA E DOS MODOS DE CUIDADOS E OS ESTUDOS CRÍTICOS DO DESENVOLVIMENTO – por Yan Leite Chaparro, Josemar de Campos Maciel e Levi Marques Pereira.

O artigo tem como objetivo apresentar um primeiro movimento de uma pesquisa de doutorado em um programa interdisciplinar em desenvolvimento local. Texto que apresenta a organização metodológica da pesquisa, suas questões e o que nutre o caminhar da pesquisa e apresentar um tecido de embasamento teórico. Pesquisa que se move pelo esforço de seguir um conceito, a complexa e refinada organização de conhecimentos Ñandeva/Avá Guarani relacionados a concepção de pessoa e os modos de cuidados. Um

movimento etnográfico e etnológico que possui também o objetivo de levantar reflexões criticas em relação aos campos de conhecimentos, políticos, sociais e econômicos, dentro dos estudos críticos do desenvolvimento, ou melhor, levantar contrapontos e indagações de frente ao rosto do modelo hegemônico e homogêneo de desenvolvimento e mesmo de ciências estabelecidas como mantedora deste desenvolvimento. Movimento guiado pela ação de seguir um conceito Ñandeva/Avá Guarani.

Palavras-chave: Ñandeva/Avá Guarani; etnologia; etnografia; estudos críticos do desenvolvimento.

7.3 A ESCOLA PÚBLICA E A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS: DEBATE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA EDUCAR JOVENS CONSCIENTES DA LUTA DOS POVOS INDÍGENAS PELO DIREITO A TERRA por Sanderson Pereira Leal e Walter Guedes da Silva

sandersonleal@yahoo.com.br
guedes@uems.br

O Estado de Mato Grosso do Sul é considerado como apresentando a maior quantidade de conflitos étnicos em todo território brasileiro. A grande maioria destes conflitos está relacionada a questão da terrae que coloca de lados opostos os povos tradicionais indígenas e grupos de fazendeiros do Estado. A sociedade civil não índia das cidades do Estado percebe estes conflitos pelos dos meios de comunicação – tv, rádio, sites e blogs locais – os quais geralmente possuem um visão distorcida e manipuladora dos interesses fundiários. A escola pública(EnsinoMédio)é um instrumento importante para que se possa desconstruir discursos ideologicamente portadores de estereótipos e preconceitos sobre as minorias indígenas. Este artigo pretende discutir sobre a importância da formação do docente para atuar no desempenho de seu papel político de educar as novas gerações para o respeito as diferenças,e que se faz presente no âmago de nossa Constituição(1988),tendo como base desta discussão duas escolas públicas estaduais de Ensino Médio da cidade de Campo Grande em Mato Grosso do Sul. Tem-se como base teórica estudos pós-colonias de Brand e Calderoni (2008); Hall (2014) entre outros pesquisadores do tema.

Palavras chave: Conflitos Étnicos, Formação Docente e Escola Pública.

7.4 REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS INDÍGENAS A PARTIR DAS FONTES ESCRITAS: DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA – por Lenir Gomes Ximenes, Hélita da Silva Igrez Branco e Mabel Saldanha Shinohara

O diálogo entre História e Antropologia é fundamental para a escrita de “uma nova história indígena”, como pontua John Monteiro (1999) ao referir-se aos trabalhos que reconhecem os indígenas como sujeitos históricos plenos, como protagonistas da História. Nesse sentido, é fundamental a reflexão sobre as fontes utilizadas tanto em pesquisas acadêmicas, quanto na elaboração de laudos de reconhecimento de terras de ocupação tradicional indígena. As fontes escritas inserem-se nesse contexto como importantes materiais de trabalho para os pesquisadores dessas duas áreas, juntamente com outros tipos de fonte: orais, imagéticas, audiovisuais e provenientes da cultura material. O presente artigo é resultado das reflexões desenvolvidas no âmbito do projeto “Cedoc: preservação do patrimônio histórico e cultural indígena no MS”, desenvolvido no Centro de Documentação Indígena Teko Arandu – Cedoc, no Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI/UCDB. O objetivo é demonstrar as possibilidades de utilização de documentos oficiais e de materiais da imprensa nas pesquisas acerca das terras indígenas e das mobilizações em torno da retomada pelos índios dos seus territórios tradicionais. No âmbito dos documentos oficiais, foi analisada parte do Relatório Figueiredo, material da década de 1960, que aborda, em cerca de sete mil páginas, inúmeras violações de direito cometidas contra os povos indígenas no período de atuação do Serviço de Proteção aos Índios – SPI. Em relação aos materiais da imprensa foram analisadas matérias de jornal do acervo do Cedoc, que abordam reivindicações territoriais de povos indígenas do Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: História Indígena; território indígena; documentação histórica.

7.5 REFLEXÕES DO TERRITÓRIO INDÍGENA SOBRE A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL – por Leandro Henrique Araújo Leite e Tabitha Molina Monteiro

Problematizar e ampliar as discussões do território associado ao desenvolvimento e o poder, tem sido temas discutidos por distintas áreas e autores nas últimas décadas (LE BOURLEGAT, 2008, RAFFESTIN, 1993, SANTOS, 1994). Tais discussões são necessárias

para que se amplie o debate do território a partir do ponto de vista do etnodesenvolvimento (VERDUM, 2006), desenvolvimento local (ÁVILA, 2006), decolonização (BANIWA, 2008) e outros elementos essenciais a vida em sociedade, especialmente em comunidade. O trabalho em tela discute, ainda que brevemente, sobre a territorialidade indígena na perspectiva do desenvolvimento local desconstruindo conceitos do desenvolvimento centrado na cultura capitalista e apresentando a importância do território indígena na sociedade atual. Para desenvolvimento da pesquisa utilizou-se da metodologia indutiva e analítica com levantamento bibliográfico.

Palavras-Chave: Questão Indígena; Territorialidade; Desenvolvimento Local.

7.6 DIÁLOGO E DESAFIOS NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE INDÍGENA. UMA CAMINHADA PELO HOSPITAL DA MISSÃO E A HISTÓRIA DO PRÍNCIPE KAIOWÁ – por Josiane Emilia do Nascimento Wolfart e Cátia Paranhos Martins

jotawolfart@outlook.com
catiaparanhos@hotmail.com

Este trabalho apresenta-se como Relato de Experiência das vivências ao longo de minha formação no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde (RMS), com ênfase em Saúde Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). No decorrer do texto serão apresentadas vivências, discussões e problematizações enriquecidas com literatura do campo da Saúde Coletiva, que permite ampliar o olhar sobre os sujeitos na saúde e no SUS, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de atenção aos povos Indígenas, Educação Permanente em Saúde além de contribuições de leituras da Antropologia. Os relatos foram construídos através dos registros colhidos em diário de campo. Sobre a formação na área da Saúde Indígena trago algumas experiência vivenciadas no Hospital e Maternidade Indígena Porta da Esperança. Dentre elas destaco o trabalho realizado com minha equipe de residentes no Centro de Reabilitação Nutricional, conhecido também como Centrinho, junto a um usurário indígena da etnia Kaiowá, internado para tratamento da desnutrição. Nas considerações finais apresento reflexões acerca destas vivências que fazem questionar o papel do trabalhador de saúde e a sua formação para o trabalho com a comunidade indígena.

Palavras-chave: Residência Multiprofissional em Saúde; Educação Permanente; Política de Humanização; Saúde Indígena.

7.7 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL – por Djmes Suguimoto, Dolores Pereira Ribeiro Coutinho e Rodrigo Augusto Borges Pereira

O contexto em que se trabalha territorialidade é relevante para a pesquisa quando em seu cerne existe a exposição de algum corpo social, a qual se pode demonstrar em viva carne, aspectos dinâmicos de suas intervenções no seu espaço a qual se transforma em território. A intenção deste expediente é refletir nas atuações de desenvolvimento territorial e social ao que tange a perspectiva do Desenvolvimento Local e a confluência do prisma de Heidegger (1954). Dessa forma é esquadrinhado o Movimento Interestadual da Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), associação de mulheres ao qual vive e convive com a extração, quebra e beneficiamento do coco babaçu, sendo produtoras de uma cultura ao qual engendra transformações de cunho social, político e econômico. Os levantamentos prévios revelam ações eficientes quanto a preservação de seus espaços naturais, e de forma semelhante a manutenção de suas manifestações, assim como melhora nas relações de produção e reprodução, aquilo classificado no Desenvolvimento Local como o desabrochar. Os procedimentos formais de análise se partiram de modo dedutivo, buscando primeiramente analisar a formação e atividades do grupo. Posteriormente explorar material cartográfico ao qual o MIQCB produziu através de parcerias com universidades e institutos de pesquisa, assim como artigos científicos que exploraram objetivamente façanhas de progresso territorial e outras produções que se relacionam a essas mulheres.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Local. MIQCB. Territorialidade.

7.8 EMERGÊNCIA ÉTNICA INDÍGENA E PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO NA COMUNIDADE NAZARÉ NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO- PI – por Ilana Magalhães Barroso

ilanamagalhaes@live.com

Pensar a questão da territorialização e emergência étnica indígena na comunidade Nazaré, visa compreender como o contexto histórico atribui significados para a afirmação da

identidade desse grupo. Este trabalho tem como proposito o resgate da organização do espaço e mostrar de onde vem a consciência de afirmação indígena. Este estudo irá problematizar as temáticas de territorialização e emergência étnica indígena de uma comunidade que está passando por um processo de emergência étnica indígena. Está analise será voltada para a comunidade Nazaré, situada no município de Lagoa de São Francisco é uma cidade da região Centro- Norte Piauiense, microrregião de Campo Maior, antes chama- se Lagoa dos Claudio, tem autonomia política desde 1997. Lagoa de São Francisco, tem aproximadamente 1.783 habitantes, sendo que no início deste trabalho, no ano de 2014 existiam 23 famílias cadastradas pela Fundação Nacional de Saúde- FUNASA, juntamente com a Fundação Nacional do Índio- FUNAI. No início dessa nova etapa da pesquisa, em 2016 ocorreu outro cadastro dos indígenas de Nazaré, assim foram cadastradas 92 famílias, aumentando significativamente os indígenas da região. Para entender a questão da territorialização e emergência étnica indígena da comunidade em estudo, analisarei o produto histórico que atribui significados para a afirmação da identidade desses grupo, para assim contextualizar os demais fenômenos integrantes dessa análise. A etnicidade é um fenômeno atual, que devido sua intensidade e extensão, vem sendo estudado por inúmeros pesquisadores, o que faz como que seja contemplado nas mais variadas perspectivas.

Palavras-chave: Emergência étnica. Territorialização. Indígena.

7.9 KAIOWÁ/PAÏ TAVYTERÃ: ONDE ESTAMOS E AONDE VAMOS? Um estudo antropológico do Oguatá Porã na fronteira Brasil/Paraguai – por Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues e Antônio Hilário Aguilera Urquiza

andreacavararo@gmail.com
hilarioaguilera@gmail.com

O presente trabalho é um anteprojeto para seleção de mestrado, tem como tema a dinâmica da mobilidade espacial dos Kaiowá/Paï Tavyterã localizados na região de fronteira Brasil/Paraguai. O estudo privilegia a motivação da mobilidade deste povo, o rearranjo desta população ao chegar no novo território, à concepção de mobilidade espacial (Oguatá Porã) para esta população e seus deslocamentos no espaço/tempo. O povo Kaiowá/Paï Tavyterã possui processo próprio de ocupação de um território tradicional no qual ocorrem estes deslocamentos e é nele que as comunidades estabelecem redes sociais pautadas pelas relações de parentesco e afinidades. A pesquisa terá como foco principal a mobilidade entre

as aldeias Te'ýikue, município de Caarapó, Amambai, município de Amambai e a Taquaperi, município de Coronel Sapucaia todas localizadas no estado de Mato Grosso do Sul/BR e no Paraguai a Aldeia Pysyry, Departamento de Amambay, distrito de Pedro Juan Caballero/PY. O projeto também analisará o impacto que a mobilidade proporciona na esfera de direitos dos povos indígenas e sua efetividade à luz da Constituição Federal e da Convenção 169 da OIT.

Palavras-chave: Mobilidade transfronteiriça, Povos indígenas, Territorialidade Kaiowá/ Paĩ Tavyterã, Fronteiras Nacionais, Direitos fundamentais.

7.10 HUMANIDADE SACRIFICIAL E DESENVOLVIMENTISMOS: UMA RECUSA RADICAL, UM BARTLEBY INDÍGENA? - Por Antônio Henrique Maia Lima

Humanidade Sacrificial é uma ideia estampada na obra de Boaventura Sousa Santos a partir do conceito de "negação da humanidade" em Frantz Fanon, nos célebres Peles negras, máscaras brancas (1952) e Os condenados da Terra (1961). "A humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal" (SOUSA SANTOS, 2010, pp. 30-31). Nossa proposta é, a partir da "ideia" de Sousa Santos, de uma humanidade sacrificial, dialogar com a antropologia em duas chaves conceituais diferentes: as epistemologias do sul e a antropologia pós-estruturalista, o que ambas têm em comum é a resistência à avassaladora destruição provocada pelo "Deus" mercado, no capitalismo mundial. Da primeira chave conceitual emprestamo-nos da visão da existência de dois territórios primordiais separados por uma linha abissal: o Norte e o Sul. Tal linha se materializa a partir da, primeiramente, constituição para a posterior subjugação de um "ser menos" humano: o selvagem. Dentro da lógica das Relações de Colonialidade, portanto, supomos a existência de um sacrifício desta outra humanidade em prol da humanidade que se pretende universal. Das relações de poder entre essas duas "humanidades" depreende-se a subjugação e o posterior sacrifício em nome do que chamamos de um "Deus Capital", já na chave conceitual de Viveiros de Castro (2008), naquilo que ele chamou de teologia econômica. Norte e Sul representam justamente o movimento de subjugação/sacrifício das duas humanidades citadas anteriormente que, podemos dizer, grosso modo, vivem numa perpétua fricção (territorialização/desterritorialização/reterritorialização). No caso procuraremos utilizar destas categorias para "desenhar" o que chamaremos de bartleby indígena – a recusa radical a uma

desterritorialização forçada, ainda que no limite do sacrifício, que implica no assujeitamento do eu indígena, desterritorializado e reterritorializado num eu não indígena. O emblema desse processo é o chamado desenvolvimentismo. Poderíamos alegoricamente descrever o processo simplesmente como um “ritual de sacrifício para um Deus – um Deus Capital, onde um personagem (o Sacerdote/Humanidade Universal) imola outro personagem (o Sacrifício/Humanidade Sacrificial) para uma deidade, na ânsia ou no desejo de suas bênçãos”. Assim, é possível “brincar” com a ideia de civilizado/selvagem percorrendo o imaginário ocidental acerca destas categorias. Onde queremos chegar com tudo isso? Substanciar e subsidiar teoricamente um processo de resistência/retomada, não só retomada de terras, mas uma retomada política, uma retomada epistêmica, experimentada pelo corpo político indígena Guarani-Kaiowá.

Palavras-chave: Recusa radical; Humanidade Sacrificial; Suicídio. Guarani-Kaiowá; Bartleby indígena.

BANNERS

7.11 EMPREENDEDORISMO E CULTURA OKINAWA NA TERRITORIALIZAÇÃO DO SOBÁ EM CAMPO GRANDE/MS – por Laura Aparecida dos Santos Gomes, Cleonice Alexandre Le Bourlegat e Josemar de Campos Maciel

O presente artigo tem como objeto de estudo o empreendedorismo de sobrevivência do imigrante japonês proveniente da ilha de Okinawa, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde se mantém a segunda maior presença de japoneses dessa origem no Brasil, depois de cidade de São Paulo. O objetivo foi investigar as particularidades desse empreendedorismo utinanchu, num esforço estratégico de sobrevivência e integração cultural no novo território, a partir da comercialização do Sobá. Esse alimento típico da culinária de Okinawa acabou sendo apropriado e incorporado aos costumes e hábitos da população local, considerado atualmente patrimônio cultural de Campo Grande. O artigo resulta de pesquisa com observação participante, durante a qual se aplicou entrevistas e coleta de relatos, complementada por informações bibliográficas e documentais. Essa forma de empreendedorismo étnico foi apresentada em seu contexto histórico e territorial e na forma como contribuiu para o sucesso de um projeto estratégico de vida, na integração e manutenção bem sucedida desses imigrantes na cidade.

Palavras-chave: Imigração Japonesa de Okinawa; empreendedorismo étnico; Territorialização.

SESSÃO 2- DIA: 07 DE ABRIL DE 2017 – UNID. VI

APRESENTAÇÃO ORAL

7.12 O INSTITUTO DO MARCO TEMPORAL NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS: IMPLICAÇÕES PRÁTICAS NO CASO DE MATO GROSSO DO SUL – por Thiago Leandro Vieira Cavalcante

Em 2008 o Supremo Tribunal Federal jugou a Petição 3.388 RR conhecida como ação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Para além da importância do caso concreto, embora não seja vinculante, este julgamento pode ser considerado um marco na jurisprudência do direito indigenista, pois o acórdão estabeleceu dezenove condicionantes que devem ser observadas na demarcação de terras indígenas. Além dessas condicionantes surgiu no corpo do texto a tese do marco temporal ou o chamado “fato indígena”, segundo a qual o artigo 231 só se aplica àquelas terras que estavam efetivamente ocupadas pelos indígenas no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, ressalvados os casos de esbulho renitente. Partindo da premissa de que a tese do “fato indígena” é a-histórico e que a ressalva supracitada não garante os direitos indígenas, visto que depende da interpretação subjetiva do julgador, o presente trabalho analisa a repercussão da aplicação desta jurisprudência em alguns casos em Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Demarcação de terras indígenas, marco temporal, Mato Grosso do Sul

7.13 KINIKINAU: ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E SOCIAL NA ALDEIA LALIMA/MS – por Josete Cardoso Cáceres

josetecardosocaceres@hotmail.com

O presente artigo tem como objetivo apresentar resultado de uma pesquisa etnográfica e antropológica sobre os indígenas da etnia kinikinau que vivem entre os Terena na Aldeia Lalima em Miranda/MS. Boa parte da população kinikinau vive na Aldeia São João, município de Porto Murtinho, outra está assentada no município de Miranda. Há também famílias kinikinau em aldeias terenas e ainda dispersos na cidade de Bonito e Campo Grande, segundo Souza (2016). Considero que está pesquisa irá contribuir para ampliação dos

estudos sobre esse povo, visto que procurará buscar dados diretos do campo e com isto mostrará mais um capitulo sobre os kinikinau em convivência social junto a etnia terena.Pretende-se enfocar a atual realidade de parte dessa etnia que possui uma história de opressão decorrentes das políticas públicas ineficientes para as populações indígenas. A pesquisa tem como base os relatos orais, as narrativas das práticas culturais e sociais de pessoas que se dispuseram a colaborar com este trabalho falando sobre o enfrentamento de viver sempre dependente do espaço do outro para sobreviver. Nas considerações finais deste trabalho, verifiquei que na Aldeia Lalima existem, não somente kinikinau vivendo junto aos terenas, mas outras etnias como Laiana e Guaicuru. Apesar de dividirem o espaço da aldeia, são grupos que vivem amistosamente, procurando a preservação da cultura. Os kinikinau encontrados nesta área fazem parte de uma família que já não falam a língua materna e misturaram-se em matrimônios com outras etnias. Assim como os kinikinau, os outros grupos desta aldeia também não falam o dialeto próprio de seu povo.Quem irá responsabilizar-se por tamanha crueldade, visto que a língua é um dos elementos primordiais para o repasse da cultura? Outros aspectos registrados na pesquisa está no fato de que o confinamento étnico, da aldeia Lalima, produzido pelas políticas públicas acarretaram prejuízos e transtornos sociais e territoriais aos grupos, pois apesar da população da aldeia estar registrada sob denominação Terena, alguns são essencialmente de outra etnia e com isto teriam direitos as suas próprias terras tradicionais.Cada etnia tem direito ao território próprio para assim reproduzirem e organizarem-se socialmente dentro dos aspectos de cada cultura. Apesar dos kinikinau sobreviverem neste cenário interétnico, ainda cultivam a essência de auto denominarem como pertencentes a esta etnia. A nova geração dos kinikinau, da aldeia Lalima, pretende buscar a re-afirmação identidária e com isto os direitos que possuem expressos na Constituição Federal de 1988, que reconheceu o direito das populações indígenas a preservarem sua própria cultura diferenciada: E os artigos 231 e 232, que deliberam sobre os direitos às terras tradicionais, e que elas devem ser demarcadas e protegidas pela União.

Palavras chaves: Território- Kinikinau- Multicultura.

7.14 A ABORDAGEM DAS MANIFESTAÇÕES DOS INDÍGENAS DA RESERVA DE DOURADOS, PELA IMPRENSA ONLINE DE DOURADOS – por Gabriel dos Santos Landa

landagabriel2@gmail.com

O artigo busca identificar e discutir a abordagem da imprensa sul-mato-grossense em relação às manifestações pela garantia de direitos realizadas pelos indígenas, quais fatores os levaram a realizá-las, e como estas são interpretadas pelos meios de comunicação de massa. São abordadas as lutas sociais dos índios da região por suas terras tradicionais, protestos contra a falta de direitos básicos como saúde, educação, e do caso utilizado como exemplo neste estudo, que foi a falta de água na reserva indígena de Dourados. Busca-se entender como estes movimentos reivindicatórios dos indígenas são representados na imprensa e como isto se reflete na sociedade em geral, e como impacta o cidadão que acessa o conteúdo apresentado nos jornais on-line da região de Dourados. Foram analisadas matérias publicadas por jornais online da região sul do MS, sobre as manifestações dos indígenas como protesto contra a falta de água na reserva de Dourados, ocorrido em julho de 2016. Através da análise dos dados recolhidos dos jornais online da grande Dourados, pôde-se perceber que os problemas enfrentados pelos indígenas tornaram-se uma questão de menor importância para o jornalismo local, perdendo espaço para o protesto em si, e como este alteraria o cotidiano daqueles que, de alguma forma, se deparavam com as manifestações. A falta de água na reserva não teve visibilidade nas fotografias da imprensa e não foi foco dos títulos das matérias e mesmo nos textos, ficando como um tema complementar e não como notícia principal, que é a falta de atendimento a uma necessidade humana básica que é o acesso à água, nos jornais que cobriram os acontecimentos na ocasião.

Palavras-chave: Imprensa; Reserva indígena de Dourados; Jornalismo; Ciberjornalismo; Reivindicações indígenas.

7.15 RESPEITANDO A DIFERENÇAS SOCIAIS E CULTURAIS – por Paulo Apolinario Bispo e Lauriene Seraguza Olegario e Souza

pbispo4@hotmail.com
seraguzza@gmail.com

Este trabalho de pesquisa busca mostrar para a sociedade acadêmica a convivência entre os dois grupos sociais, de um lado uma aldeia indígena denominada Aldeia Indígena Jaguapiré e do outro um Assentamento Rural denominado Assentamento Vitoria da fronteira, mais conhecido como Assentamento São Jose, que ocupam praticamente o mesmo espaço territorial, dividindo apenas por uma divisa de fronteira seca onde segundo os estudos da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) já foram território indígena. O principal objetivo deste trabalho é esclarecer para a sociedade que apesar das diferenças é possível uma boa convivência entre os dois grupos, basta um respeitar o espaço e cultura do outro. Através de pesquisa de campo buscara relatar qual o ponto positivo e qual o ponto negativo que o assentamento trouxe para o município e para a aldeia após o seu loteamento em 2004.

Palavras-chave: Duas Histórias mesma realidade.

7.16 TERRITÓRIO EM TENSÃO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS GERADOS PELA INSTALAÇÃO DE REPRESAS NA BORDA DO PANTANAL – por Silvia Zanatta e Josemar Maciel

A construção de represas, principalmente as de pequeno porte, denominadas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) vem se estabilizando nas últimas décadas como uma estratégia brasileira para a expansão da matriz energética do país. Sem apostar na diversidade desta matriz, o potencial hídrico dos nossos rios passou a ser explorado de forma descomedida. Tal fato se deve às ideias errôneas de que este tipo de empreendimento é fonte limpa de geração de energia, causando impactos ambientais e sociais sem significância e que geram importante desenvolvimento para o Brasil. A borda da Bacia do Alto rio Paraguai (BAP), onde está inserida a maior planície inundável do planeta, o Pantanal, é tida como um dos territórios detentores de potencial hídrico representativo, tornando-se, portanto, um local prioritário para a instalação de represas. Hoje já existem 38 empreendimentos em operação e a previsão é de que mais 94 outras represas sejam instaladas nos próximos anos. Apesar da imagem limpa, estes projetos de ‘desenvolvimento’ causam impactos irreversíveis sobre o espaço biofísico e alteram assombrosamente o ambiente onde são inseridos, gerando perdas expressivas às comunidades tradicionais pantaneiras que vivem no entorno dos empreendimentos. Os conflitos oriundos deste processo aumentam a cada ano, gerando tensão e insegurança aos originários detentores do território.

Palavras-Chave: Represas, Pantanal, Território impactado, conflitos.

7.17 IMPASSES NO RECONHECIMENTO DOS ÍNDIOS COMO SUJEITOS DE DIREITOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DIREITO INDIGENISTA – por Pedro Sergio Dantas da Silva Carvalho e Maucir Pauletti

pedrosergiocarvalho@gmail.com
maucir@ucdb.br

No contexto histórico que envolve todo o processo de ocupação da América Latina, os direitos originários daqueles que aqui se encontravam foram simplesmente ignorados diante à voracidade da expansão da sociedade europeia. No Brasil havia, em média, 8 milhões de índios das mais diversas etnias, com uma pluralidade étnica incalculável, com centenas de culturas diferentes, crenças religiosas distintas e uma riqueza humana inigualável que, por diversos fatores, biológicos, sociais, econômicos, ocupacionais, foram, ao longo da história, sem qualquer pudor, sendo exterminados. Subjugados, os nativos, povos originários destas terras tiveram apenas duas alternativas, as guerras ou a escravidão ou, ainda, a integração à sociedade civil chegante com o abandono do seu modo natural de ser e de viver. Este pensamento integracionista permaneceu por quase que toda a história do Brasil, vindo a ser derrubado apenas e, formalmente, pela Constituição de 1988 que com seus ideais pluralistas, visava proteger e respeitar esta diversidade cultural. Nesse contexto, o presente trabalho busca, por meio de uma revisão bibliográfica direcionada e um procedimento metodológico indutivo-analítico, identificar os impasses históricos no difícil processo de reconhecimento dos direitos dos índios como sujeitos, como cidadãos brasileiros, etnicamente diferentes, contemplados pelo contexto pluriétnico de nossa constituição. Observou-se que a demora no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas deu-se, inicialmente, por conta da ganância da elite dominante europeia, e, em um segundo momento, pela falsa ideia de que a solução seria a assimilação cultural destes povos e por fim na situação atual onde, mesmo com toda a positivação dos direitos destes povos na Constituição Federal de 1988, ainda se faz presente o entendimento que não se deve reconhecer os direitos dos indígenas como cidadãos brasileiros.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Indígenas; Plurietnicidade; Diversidade Cultural; Processo de Reconhecimento dos Direitos.

7.18 PRAZER DE FAZENDEIRO: O PROJETO DE PARCERIA PECUÁRIA KADIWÉU – por Messias Basques

messias.basques@gmail.com

Este artigo se baseia em uma leitura etnográfica do Projeto de Parceria Pecuária Kadiwéu (PPPK), povo indígena de língua Guaikuru, cujo território se encontra próximo à fronteira do Brasil com o Paraguai. O PPPK foi idealizado no ano de 1978 como uma alternativa ao arrendamento de terras, iniciado pelo Serviço de Proteção ao Índio na década de 1950 e que teve como uma de suas consequências a fragmentação da terra indígena em uma centena de fazendas destinadas à criação de gado de corte. Em 1989, foram criadas duas associações a fim de representar os atores envolvidos: de um lado, a Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu; e de outro, a Associação dos Criadores do Vale do Aquidaban e Nabileque. O projeto foi apresentado à FUNAI em 1993 e motivou a formação de um grupo de trabalho, que concluiu que a iniciativa apresentava viabilidade econômica. Este também foi o entendimento da Advocacia Geral da União, que emitiu parecer favorável à sua viabilidade jurídica. Em suma, a aprovação do PPPK se fundamentou no entendimento de que o pastoreio é uma atividade tradicional do povo Kadiwéu e permitiria uma transição da ilegalidade dos arrendamentos para um cenário em que eles se tornariam proprietários de seus próprios rebanhos. O artigo consiste, por sua vez, em uma leitura etnográfica dos documentos que compõem o processo relativo ao PPPK, baseando-se na experiência de campo desenvolvida entre os Kadiwéu nos últimos anos. Esta leitura aborda os temas da criação de animais e da organização social, a fim de refletir sobre a existência de relações assimétricas entre os Kadiwéu e os seus Outros, no passado e no presente. São estas relações que colocam em xeque o PPPK, uma vez que o ordenamento jurídico desconsidera a maneira pela qual os Kadiwéu concebem as diferenças entre os descendentes de famílias nobres, e são considerados donos de fazendas, em face daqueles que não as possuem e cujos antepassados ingressaram em seu território na condição de cativos de guerra. Trata-se de uma controvérsia entre o reconhecimento constitucional do direito à diferença e o estatuto das terras indígenas, que pertencem à união e são regidas pelo princípio do usufruto coletivo.

Palavras - chave: Povo indígena Kadiwéu; Parceria pecuária ; Relações assimétricas.

7.19 DEBAIXO DA TERRA: UMA CARTOGRAFIA ACERCA DOS DISCURSOS QUE PERMEIAM AS TESSITURAS RIZOMÁTICAS DA PEC 215 – por Rayane Bartolini Macedo

rayane_bartolini@hotmail.com

A PEC 215/2000, também conhecida como “PEC da demarcação”, tem como principal proposição a mudança do artigo 231/CF88, passando a competência da demarcação de terras do poder Executivo para o Legislativo. Essa mudança se pauta na ideia de que a demarcação influencia também na questão territorial dos estados-membros, e como o Congresso representa tanto os interesses dos estados-membros quanto da população, ele seria o mais apto a resolver esta questão de maneira a evitar instabilidade jurídica. No Congresso conta com o apoio da Bancada Ruralista, e se destaca principalmente tendo em vista os constantes conflitos por terras envolvendo indígenas e ruralistas. Buscando compreender quais são os discursos que compõem a PEC 215, esta pesquisa parte da e retorna à análise discursiva dos documentos do seu trâmite, para trazer à tona a amplitude de sentidos de seus discursos e de relações que a permeia. Assim, com inspirações em autores como Foucault, Deleuze &Guattari esta pesquisa objetiva realizar uma ‘genealogia cartográfica’ da PEC 215, observando o aspecto rizomático dos discursos, mapeando os sujeitos e agenciamentos produzidos.

Palavras-chave: PEC 215, demarcação, genealogia cartográfica.

APRESENTAÇÃO ORAL

7.20 NOTAS SOBRE COLONIZAÇÃO E ETNOCÍDIOEM RONDÔNIA (1970-1990) – por Carlos Alexandre Barros Trubiliano

Carlos.trubiliano@unir.br

As décadas de 1970 a 1990 tornou-se o marco temporal da territorialização do Capital na Amazônia. Especificamente a expansão das relações capitalistas em Rondônia está atrelada a ação de políticas estatal voltadas para colonização. O INCRA, através de programas de assentamento, foiresponsável pelo surgimento de 50 dos atuais 52 municípios rondonienses. O fluxomigratório nesse período elevou a população do estado de aproximadamente, 40 mil habitantes no ano de 1960 para 114 mil em 1970 e 500mil em 1980. Dentre os impactos das politicas de ocupação territorial foi o desaparecimento de povos indígenas como osAriquén, Jaru,Sinabu e Kumaná. Como parte da "limpeza"étnica,agentes públicos, a interesses de empresas colonizadoras, fraudavam laudos omitindo a presença de indígenas em áreas de assentamentos. Na medida em que a presença desses povos tornava-se "invisíveis" – segundo, entre outras fontes o "Relatório Figueiredo" – ocorreram os etnocídioscom uso de armas químicas, biológicas e até dinamites. O objetivo desta comunicação é apresentar dados preliminares sobre as práticas de extermínios dos povos indígenas em Rondônia e sua relação com a expansão da frente capitalista.

Palavras-chave: Territorialidade; Etnocídio; Colonização; Rondônia.

7.21 TRÁFICO E MIGRAÇÃO DE INDÍGENAS PARA COLHEITA DE MAÇÃ NO SUL DO BRASIL – DESDOBRAMENTOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL – por Maucir Pauletti

O presente trabalho é parte integrante do Grupo de pesquisa em "Direitos humanos, políticas públicas, trabalho e povos indígenas", formado por professores-pesquisadores e acadêmicos das Universidades Católica Dom Bosco (UCDB) e Universidade Federal do Mato grosso do Sul (UFMS) e tem como objetivo trazer para a ordem do dia a situação dos trabalhadores indígenas que, por necessidade, estão buscando alternativas de subsistência fora das aldeias e fora do estado de MS. Há hoje, safra 2016/2017, milhares de trabalhadores

indígenas(estimativas apontam até o momento que deve ter entre 7 e 8 mil indígenas trabalhando na colheita de frutas e verduras no sul do país – Há contratações clandestinas e estas dificultam o cadastro) que devido ao refluxo na contratação destes trabalhadores pelas usinas de álcool e açúcar de MS, estão se obrigando a ir colher frutas e verduras no sul do país. Pretende-se mostrar de forma dedutivo-analítica o intrincado processo de migração desta mão de obra, bem como suas consequência no processo organizativo interno das comunidades indígenas do estado que alimentam esta demanda. Neste contexto serão considerados os impactos que a mecanização da colheita de cana em processo acelerado já trouxe para os indígenas. Os trabalhadores estão sendo levados para o sul do Brasil em busca de subsistência, agenciados por prepostos de grandes empresas produtoras de frutas e levados para uma jornada de trabalho, que em várias empresas, já se caracteriza como degradante e exaustiva para os trabalhadores (Código Penal, Art. 149) e recebendo uma remuneração não condizente com as atividades exercidas. Boa parte desta produção de frutas destina-se a exportação para grandes mercados internacionais que ainda desconhecem que na sua cadeia produtiva ocorre o trabalho exaustivo, degradante e indigno nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que concentram boa parte destas atividades. Constatou-se, a partir de depoimentos de trabalhadores, que a colheita de maçã é marcada pelo desrespeito, pela ludibriação contratual praticada pelos agenciadores, encontrando nos locais de trabalho, tratamento diverso do que lhes foi prometido no ato da contratação, sendo submetidos a condições degradantes que segundo Brito Filho (2006. p. 132) é aquele em que há a falta de garantias mínimas de saúde e segurança, além da ausência de condições mínimas de trabalho, de moradia, higiene, respeito e alimentação. Para os donos do capital o que vale é o lucro, justificado sempre pelo ganho obtido pelos trabalhadores, por serem safristas e que recebem por produção, não importando as condições e a duração da jornada de trabalho para atingirem este ganho. Pretende-se apresentar alternativas legais, políticas públicas, principalmente na área da saúde para melhorar a vida laboral e proporcional uma vida digna e saudável aos trabalhadores explorados no contexto da comercialização desses produtos, indicando os problemas encontrados e as alternativas para que estes trabalhadores possam ter relações de trabalho decentes e dignas.

Palavras-Chave: Trabalhador indígena, Colheita de maçã, Trabalho degradante, Tráfico de trabalhadores.

7.22 ACELERAÇÃO, ESQUECIMENTO E HOSPITALIDADE. EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO – por Josemar de Campos Maciel

A espécie humana está ativa no planeta há aproximadamente seis milhões de anos. Um dos seus primeiros passos no sentido de individuar-se como espécie animal com capacidade de autogestão e de domínio sobre outras espécies foi o desenvolvimento de atividades de agricultura. Como documento desses inícios, documento ao mesmo tempo financeiro, territorial e identitário, a tessera frumentaria constitui uma provocação para todas as disciplinas que refletem sobre as questões do desenvolvimento. Vale dizer, um documento que atesta a disponibilidade para a cooperação e a prontidão para unir diversas práticas em um símbolo apenas. Mas desde o surgimento das práticas de interação ativa com o ambiente até os tempos atuais, a predação tornou-se a norma, com impactos consideráveis em todos os sentidos. Como é possível que a interação entre humanos e entre estes e o ambiente, em atividades que caracterizam a espécie humana desde seu surgimento, possam constituir também um dos seus maiores riscos, criando estruturas de impacto sobre os próprios tecidos macrossociais, sobre outras espécies e ainda sobre o ambiente circundante? Partindo dessa experiência de desenvolvimento, como atividade antropológica e difusa, que se concentra em algumas práticas mais agressivas a partir da chamada Modernidade, tentarei variar a narrativa, de forma mais inclusiva. Neste texto apresento uma definição de desenvolvimento que procura colocar em diálogo uma leitura descolonial do fenômeno histórico com a proposição de um conceito que seja capaz de reconfigurar as suas condições mais básicas. A primeira delas, de fato, é a sua relação mal resolvida com seus pressupostos a priori – como por exemplo, a relação entre o desenvolvimento, os saberes e os seus protagonistas. Partindo de sugestões e insights da teoria da desconstrução, exploro a relação entre diversos interlocutores e suas agendas, na história do desenvolvimento. Nesse sentido, o encobrimento de interlocutores não alinhados com interesses históricos dominantes de épocas específicas mantém direta relação com práticas de produção de invisibilidade e de desacreditação de saberes e práticas, como condição necessária para produzir a aceleração que vinha sendo demandada pelos modelos dominantes de desenvolvimento. Assim, a partir de algumas ilustrações desse programa de reconstrução, que ocorre na literatura historiográfica e antropológica de países do Sul, proponho então alguns princípios de releitura do conceito, levando em conta a reflexão de Derrida sobre a Hospitalidade. Essa reflexão estriba-se na crítica levinasiana à metafísica ocidental como metafísica de um eu autocentrado, avarento e triste. Em seu lugar, Derrida convida a entrar num sistema de ação, conhecimento e celebração plural e aporético. O teko arandu, o caminho do conhecimento.

Palavras-Chave: Antropologia do Desenvolvimento. Alteridade. Hospitalidade.

7.23 A ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA E POLÍTICA DE PIERRE CLASTRES – por David Victor-Emmanuel Tauro

davidvetauro@gmail.com

Este artigo versa sobre alguns dos principais aspectos do trabalho seminal doantropólogo-filósofoPierre Clastres.É uma tentativa deretraçar alguns caminhos trilhados por este autor, atentando para os contextos nos quais se cruzam suas reflexões filosóficas com descrições e análises antropológicas, sempre com um olhar arguto, análise inovadora e fina ironia. O método escolhido foi o de discorrer sobre os princípios de filosofia política contidos em sua obra e sobre a metodologia adotada em suas críticas às antropologias estrutural e marxista, levando o a dialogar com a fenomenologia. Os resultados do trabalho mostram que Pierre Clastres traçou um percurso singular nos estudos indígenas latino-americanos, criando um novo campo de pesquisa na antropologia política e filosófica.

Palavras-chave: Antropologia filosófica; Antropologia política; Guarani.

7.24 O POVO CAMBA EM ESPAÇOS TRANSNACIONAIS: ENTRE DUPLA AUSÊNCIA E MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS - por Antonio Hilário Aguilera Urquiza e Getúlio Raimundo de Lima

hilarioaguilera@gmail.com
miostilima@gmail.com

O povo Camba vive desde meados do século XX na fronteira Brasil/Bolívia e interage com os mais diversos atores sociais desse amplo território, fixando moradia, principalmente, no bairro Cristo Redentor em Corumbá/MS. Pertencem a uma região das terras baixas da Bolívia oriental, conhecida como chiquitania. Desde o período colonial recebeu esse nome tendo em vista a característica do povo que era pequeno – “chiquito”. Os Camba seriam um grupo dessa região que migrou para o Brasil, em meados do século XX, para através do assalariamento buscar sobreviver em melhores condições do que em sua região de origem. Em território brasileiro este grupo, que se autodenomina “Camba”, há décadas sofre com dupla ausência: do estado boliviano e pelos limites de cidadania impostos pelo Estado brasileiro, bem como, por parte da sociedade, múltiplas discriminações, preconceitos e tentativas de invisibilidade, por sua naturalidade boliviana e sua identidade indígena. O presente texto é fruto da experiência e de pesquisa dos autores sobre a temática das fronteiras e migrações entre Brasil e Bolívia e tem como objetivo estudar a migração do povo

Camba para a cidade de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil e suas ressignificações identitárias perante a sociedade e o governo brasileiro, como indígenas no Brasil. Situação complexa caracterizada por “dupla ausência e múltiplas violências”. Em termos metodológicos, foi realizada pesquisa bibliográfica acerca dos Camba, além de pesquisa de campo. Os dados apresentados foram levantados em quatro viagens de campo, em que foi adotada a prática de observação participante, combinada com entrevistas abertas e direcionadas ao tema estudado. Utilizamos os recursos técnicos de gravação, fotografias e conversas informais. Por ser uma pesquisa antropológica, houve a possibilidade da compreensão das relações entre as pessoas e as situações sociais.

Palavras-chave: Fronteira; Território; Identidade; Migração; Estado.

7.25 MOBILIDADE INDÍGENA E TERRITORIALIDADE NAS FRONTEIRAS DE MATO GROSSO DO SUL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS – por Luyse Vilaverde Abascal Munhós e Antonio Hilario Aguilera Urquiza

De acordo com o direito comunitário Guarani, a mobilidade ao longo do território ancestral, transfronteiriço, é uma prática milenar conhecida como “Oguatá Porã”, e possui grande carga axiológica para a comunidade tradicional, além de representar um instrumento de harmonia comunitária praticado em função da resolução de litígios. Ocorre que a mobilidade territorial não é reconhecida como elemento pertencente à conjectura social costumeira da comunidade nacional, por isso é tratada como mera circulação informal, fato gerador de marginalização legislativa e judiciária, impossibilidade de desenvolvimento segundo seus princípios tradicionais, e inacessibilidade a saúde pública, saneamento básico, alimentação complementar e escola. O objetivo da pesquisa é investigar a concretização dos direitos comunitários e participativos consagrados na juridicidade Guarani, bem como debater sua violação e não contemplação pelo ordenamento jurídico nacional. A metodologia de execução consiste na pesquisa bibliográfica, a partir da análise dos bancos de dados oficiais; e na pesquisa de campo, composta por visitas à aldeia Tey'ikue para recolhimento de depoimentos e relatos em entrevistas com famílias protagonistas da mobilidade. Os resultados revelam a necessidade em denunciar o desrespeito à prática milenar da mobilidade territorial, bem como a dificuldade de se garantir o direito à auto-organização e à diversidade cultural, visto que o Estado monista rearticula ferramentas que perpetuam a dominação jurídica, de forma a ignorar a realidade comunitária, coletiva e ancestral das

comunidades Guarani, impedindo possibilidades alternativas de produção jurídica fora do ente estatal. A conclusão que se afere é a extrema dificuldade em denunciar a hierarquização do ordenamento jurídico nacional frente à reivindicação indígena pelo reconhecimento de suas estratégias comunitárias, desenvolvidas como meios de sobrevivência frente a um Estado monista calcado na ideologia liberal colonial.

Palavras-chave: Fronteiras; monismo jurídico; povos Guarani; práticas comunitárias participativas; juridicidades alternativas;

7.26 SIMILITUDES E DIFERENÇAS ENTRE AS COMUNIDADES OFAYÉ DE 1948 E ENODI 2014 – por Julia Falgeti Luna e Bárbara Cristina Krüngel de Barros Almeida

O presente trabalho tem como temática o estudo de duas comunidades Ofayé, a primeira aborda a passagem de Darcy Ribeiro em meio ao grupo de Ofayé, localizados a margem direita do ribeirão Samambaia, antigo sul do Estado de Mato Grosso, no ano de 1948. Posteriormente a analise tem por enfoque a atual comunidade Ofayé, localizada no município de Brasilândia Estado de Mato Grosso do Sul, a segunda abordagem tornou-se efetiva após a realização de pesquisa de campo no ano de 2014. Com base em pesquisas de caráter bibliográfico, sabe-se que o grupo indígena Ofayé são proveniente da região que atualmente é conhecida como Vale do Ivinhema, no início do século XX compreendia aproximadamente duas mil pessoas, porém com o passar do tempo esses indígenas de caráter pacifico foram reduzidos e atualmente totalizam menos de cem pessoas localizadas na Comunidade Indígena Enodi no município de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul. O objetivo do presente, é estabelecer uma análise comparativa, destacando as semelhanças e diferenças de duas comunidades de uma mesma etnia que se encontram separadas cronologicamente e territorialmente.

Palavras Chaves: Ofayé; territórios; similitudes; diferença; aspectos culturais.